



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO**

O ORIENTE MÉDIO E O ISLÃ SOB O VIÉS DA MÍDIA

ESTHER MEDINA RIBEIRO

Rio de Janeiro
2010



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO**

O ORIENTE MÉDIO E O ISLÃ SOB O VIÉS DA MÍDIA

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção de diploma de
Comunicação Social – Jornalismo.

ESTHER MEDINA RIBEIRO

Orientador: Prof. Dr. Mohammed El-Hajji

Rio de Janeiro

2010

FICHA CATALOGRÁFICA

RIBEIRO, Esther Medina.

O Oriente Médio e o Islã sob o viés da mídia. Rio de Janeiro, 2010.

Monografia (Graduação em Comunicação Social - Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO

Orientador: Prof. Dr. Mohammed El-Hajji

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **O Oriente Médio e o Islã sob o viés da mídia**, elaborada por Esther Medina Ribeiro.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Mohammed El-Hajji

Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação da UFRJ

Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Dr. Márcio Tavares D' Amaral

Doutor em Ciência da Literatura pela UFRJ

Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Mestre Dante Gastaldoni

Mestre em Comunicação, Imagem e Informação pela UFF

Departamento de Comunicação – UFRJ

Rio de Janeiro

2010

RIBEIRO, Esther Medina. **O Oriente Médio e o Islã sob o viés da mídia.** Orientador:
Mohammed El-Hajji. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar as formas pelas quais o Oriente Médio e o Islã são retratados pelos veículos midiáticos ocidentais, abordando as origens de uma construção imagética estereotipante, identificando os tipos de discurso, além de refletir sobre os impactos e as consequências geradas por uma representação que estigmatiza a identidade, a história e a cultura das populações árabo-islâmicas. O estudo dessa abordagem generalista é importante para analisar a maneira preconceituosa, xenófoba e maniqueísta com que a mídia ocidental difunde informações sobre as sociedades islâmicas e do Oriente Médio, além de ressaltar os interesses políticos e econômicos que se escondem por trás da disseminação de notícias e representações uniformizadoras que estimulam a intolerância e o ódio à diferença.

ABSTRACT

The aim of this work is to analyse the ways in which the Middle East and Islam are portrayed by Western media vehicles, showing the roots of this stereotyping imagery construction, identifying the types of discourse, and also reflecting on the impacts and consequences generated by a representation that stigmatizes the identity, history and culture of the Arab-Muslim populations. The study of this generalist approach is important to analyze the biased, xenophobic and Manichean informations and overviews that the Western media disseminates about Islamic societies and the Middle East, in addition to highlight the political and economic interests that lurk behind the dissemination of news and standardized representations that encourage intolerance and hatred of difference.

A Jesus, pela presença na minha vida, por me abençoar, fortalecer, amparar e possibilitar mais uma conquista;

A meus pais e à minha irmã, pelo amor, dedicação e apoio incondicional;

A Mauricio Maia, pela paciência, confiança e por tornar tudo mais doce;

À Angelita e Bento, pelos momentos de descontração durante a preparação deste trabalho;

Ao meu orientador, Mohammed El-Hajji, por acreditar neste projeto e pelo inestimável auxílio acadêmico;

À professora Raquel Paiva, pelas dicas, sugestões e ajudas com a formatação do trabalho;

A todos os professores da ECO que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a minha formação acadêmica e fizeram parte da minha trajetória. Há um pouquinho de cada um de vocês nesse trabalho.

Confissão de um terrorista

*Ocuparam minha pátria
Expulsaram meu povo
Anularam minha identidade
E me chamaram de terrorista*

*Confiscaram minha propriedade
Arrancaram meu pomar
Demoliram minha casa
E me chamaram de terrorista*

*Legislaram leis fascistas
Praticaram odiada apartheid
Destruíram, dividiram, humilharam
E me chamaram de terrorista*

*Assassinaram minhas alegrias,
Sequestraram minhas esperanças,
Algemaram meus sonhos,
Quando recusei todas as barbáries*

Eles... mataram um terrorista!

(Mahmoud Darwich)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. A IDEIA DE REPRESENTAÇÃO DO “OUTRO”

2.1 . O processo de construção da identidade e da criação de estereótipos

2.2 . O papel da mídia na aplicação das generalizações e propagações de estigmas

3. ORIENTALISMO: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UM DISCURSO ETNOCÊNTRICO

3.1. Dificuldade de delimitação conceitual (generalizações geográficas)

3.2. Antiguidade e Idade Média: As primeiras representações do Oriente

3.3. Ocidente X Oriente: Maniqueísmo de ordem imperialista

3.4. A difusão e aplicação de doutrinas uniformizadoras

3.5. Globalização e hegemonia ocidental: Universalização dos discursos ocidentais e a negação da diferença do outro

4. A COBERTURA DO ISLÃ NA MÍDIA OCIDENTAL

4.1 . A polêmica das charges de Maomé

4.2 . A proibição do uso dos véus islâmicos nas escolas públicas francesas

5. CONCLUSÃO

6. BIBLIOGRAFIA

7. ANEXOS

1. INTRODUÇÃO

Os meios de comunicação, por sua capacidade de alcance, difusão e construção discursiva contribuem para que o Oriente Médio e as populações árabo-islâmicas sejam constantemente associadas a conceitos de intolerância, retrocesso, fanatismo, agressividade e fundamentalismo. Esse processo de estereotipização praticado pelos veículos midiáticos constitui apenas parte de um universo de referências generalistas e simplificadoras das sociedades muçulmanas e do Oriente Médio no Ocidente, estimulando e propagando uma espécie de cultura do medo em relação ao “Outro”.

Em geral, os discursos dos meios de comunicação seguem uma cartilha de alienação que costuma difundir clichês orientalistas projetados para esvaziar e desumanizar essas populações. Isso é muito visível nas notícias e reportagens sobre os perigos da união entre religião e política, sobre o terrorismo “crescente” nas sociedades árabo-islâmicas, sobre o papel de submissão da mulher muçulmana, sobre o islamismo como fomentador do extremismo, sobre o Oriente Médio, que outrora assumia um papel de cenário mítico e agora, de ameaça em potencial etc. Enfim, matérias que propagam uma visão xenófoba e maniqueísta, fatalmente incrementada pelos ataques terroristas ao World Trade Center, em 11 de setembro de 2001.

Os meios de comunicação, além de reforçar tendências de valores sócio-culturais, contribuem na instauração de paradigmas baseados em um discurso permeado por interesses de ordem social, política e econômica.

É importante examinar a atuação desses veículos na constituição e difusão de estereótipos, e sua direta implicação nos valores sociais ocidentais para compreender como se dá a construção dos paradigmas que antagonizam o Ocidente e o Oriente, e também vilificam a cultura dos povos islâmicos. A generalização da figura dos árabes e muçulmanos como terroristas, fanáticos e traiçoeiros ajuda a sedimentar uma imagem negativa dos mesmos, corroborando com atos autoritários de governos e líderes ocidentais que tiram proveitos políticos e econômicos dessa falsa visão disseminada.

Com o objetivo de analisar o modo como o Oriente Médio e as nações islâmicas são representadas pela mídia ocidental, este trabalho também ressalta o fato de que, de tempos em tempos, esses países parecem tomar de assalto a atenção da sociedade ocidental. Fica-se um período sem saber nada sobre o Oriente Médio até que ocorre um fato grandioso que ocupa as manchetes dos jornais, da televisão, ecoando até nas

produções cinematográficas. O Islã, normalmente, é que assume o papel de protagonista (e vilão) desses eventos, seja através de conflitos na Faixa de Gaza, da Intifada palestina, de ataques terroristas ao World Trade Center etc.

De fato, o mundo islâmico e o Oriente Médio são como vulcões adormecidos. Só aparecem na mídia quando “estoura” algum incidente que coloque em risco os interesses ocidentais. Depois, adormecem de novo e desaparecem dos meios de comunicação até que uma nova erupção aconteça. Será que são os jornalistas que decidem o que é notícia? Que tipos de interesses estão por trás da escolha do que merece repercussão ou não? Por que a cobertura do Islã é tão escassa, distante e etnocêntrica? A resposta para essas perguntas têm raízes históricas na conturbada relação entre o Oriente e o Ocidente que já podia ser observada na Antiguidade Clássica, mas que chegou ao ápice no século XIX com a corrida dos impérios europeus por colônias do Oriente, incluindo no mundo islâmico.

Assim, sob o jugo de uma política e de um discurso imperialista que remontam o colonialismo histórico exercido pelos países ocidentais, não somente as nações do Oriente Médio e as populações islâmicas - foco deste trabalho - mas como todos os países do Oriente tiveram sua cultura e valores esvaziados por estereótipos e por um discurso de cunho político e econômico que o acadêmico Edward W. Said chamou de Orientalismo. Tal discurso resultou na dominação do Oriente pelas potências ocidentais, reafirmando a superioridade da identidade europeia em relação à oriental.

Essa construção discursiva sofreu mudanças no decorrer do tempo, porém as coberturas feitas pela mídia ocidental ainda estão carregadas de características do orientalismo. A resposta para as perguntas formuladas acima passam por esse processo orientalista, exatamente pela maneira como os especialistas e os jornalistas ainda utilizam-se desse discurso para esvaziar e subjugar o Oriente Médio e as sociedades islâmicas. Sendo assim, dogmas midiáticos como a objetividade, factualidade e imparcialidade podem ser encarados como termos relativos, visto que a independência da imprensa pode compactuar com a política externa ocidental. Exemplos recentes dessa postura de cumplicidade serão analisados neste trabalho com a cobertura da polêmica das charges de Maomé publicadas por um jornal dinamarquês em 2005 e também da proibição do uso do véu muçulmano pelo governo francês em 2004 – casos que denotam uma intrínseca relação de poder entre os meios de comunicação e as potências econômicas ocidentais.

Nesse cenário, a abordagem que a grande mídia faz do Islã e do Oriente Médio possui princípios etnocêntricos e hegemônicos que não ajudam na compreensão de outras culturas, tornando-as superficiais e generalistas, contribuindo para suscitar a aversão à diferença.

No primeiro capítulo deste trabalho serão analisados alguns princípios teóricos de como se sucede a representação do outro e como tal ideia implica na constituição da identidade cultural e da criação de estereótipos. A contribuição da mídia na aplicação e cristalização de generalizações e propagações de estigmas também será abordada através de análises de autores como Samuel Castells, Stuart Hall, Homi Bhabha, João Freire e Fredrick Barth.

O capítulo seguinte tem o propósito de apresentar o discurso etnocêntrico adotado pela mídia ocidental, como uma construção simbólica recheada de interesses imperialistas, contribuindo assim para mistificação do Islã e o do Oriente Médio como inferiores e também inimigos do Ocidente. Para isso, serão utilizadas obras, que desde a Antiguidade, institucionalizam a estereotipização das sociedades árabes, islâmicas e de todo o Oriente – sem levar em conta as distinções geográficas, culturais ou religiosas. Em seus estudos acadêmicos, autor palestino Edward W. Said justifica a implementação dessa lógica generalista e caricata através do termo “orientalismo”, segundo o qual o Islã e o Oriente Médio são transformados entidades estanques desprovidas de representações reais, desvinculados de seus processos históricos e sócio-culturais, além de serem relegados a uma crescente “demonização” por parte dos meios de comunicação, para obedecer a interesses de ordem imperialista. O modo como a mídia também lança mão de doutrinas ocidentais para decretar o “insuperável” conflito entre Oriente e Ocidente a fim de universalizar os discursos ocidentais e a negação da diferença do outro também será discutida nesse capítulo.

Em seguida, será analisado o modo parcial, tendencioso e superficial como o Islã é coberto pela mídia ocidental, tendo como casos concretos a polêmica suscitada a partir da publicação de charges de Maomé por um jornal dinamarquês em 2005 e também a proibição do uso dos véus islâmicos e outros símbolos religiosos nas escolas públicas da França, em nome de uma suposta laicização do Estado.

No último capítulo, este estudo fará uma reflexão do panorama de representação xenófoba do Islã e das populações do Oriente Médio e da atuação da mídia como principal incentivadora da intolerância e do preconceito contra as populações árabo-

islâmicas. Por fim, com a globalização e o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e informação, este trabalho ressalta o surgimento de canais de expressão independentes capazes de romper com esse círculo vicioso das representações etnocêntricas, dando voz a essas populações marginalizadas. As novas redes sociais, blogs e sites autônomos aparecem, neste contexto, como ferramentas importantes para expressar diferentes pontos de vista, pensamentos, e o cotidiano real das sociedades árabo-islâmicas, normalmente distorcidos ou renegados pelos meios de comunicação do Ocidente.

2. A IDEIA DE REPRESENTAÇÃO DO “OUTRO”

O processo de representação do “Outro” é uma atividade que remonta às práticas antropológicas, sociológicas ou culturais da idealização de entidades a partir da interpretação de normas, imagens, conceitos e símbolos de indivíduos ou de grupos sociais. No dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001) a palavra representação é definida através de uma série de significados: presença, aspecto ou imagem concebida; reprodução de alguma figura, coisa ou imagem; ação de expor alguma imagem ou símbolo; ato de expressar um fato com a intenção de transmitir uma visão particular ou impressão de uma questão, a fim de influenciar a opinião ou ação; ação de apresentar à mente ou à imaginação uma imagem pré-determinada, uma ideia ou um conceito claramente concebido. Sendo assim, a representação transmite uma noção não somente da exposição de fatos e conceitos como também admite possuir conotações políticas. Por conta disso, os vários significados da palavra representação são muito discutidos em círculos universitários, acadêmicos e também sociais. Antropólogos e sociólogos interessados em estudos pós-coloniais analisam como as diversas formas de representação (visual, textual, gestual e cultural) têm implicação na construção das desigualdades sociais e de poder, e também na subordinação do oprimido diante do opressor. As representações podem ser materializadas através da literatura, do teatro, do cinema, das obras de arte, do folclore, de ensaios acadêmicos ou de matérias jornalísticas, muitas vezes carregadas de impressões de cunho ideológico e que nunca reproduzem fielmente a realidade do “Outro”.

Nesse contexto, não se pode ignorar o efeito das representações na maneira como os indivíduos são percebidos. Embora muitos não reparem no efeito real que esse processo de construção exerce sobre o mundo, a representação das diferenças serve para influenciar culturalmente, socialmente, politicamente ou economicamente as sociedades, gerando implicações práticas para pessoas reais em contextos reais – não se restringindo ao campo das ideias. No caso das minorias, tanto a escassez quanto o excesso de representações provoca o chamado “fardo da representação”, já que a difusão de estereótipos, imagens ou conceitos negativos marginaliza esses grupos minoritários, tirando-lhes a voz. A ideia de representação do “Outro” está relacionada à criação de um coletivo monolítico ou a uma construção discursiva que pode ser moldada segundo critérios ideológicos, políticos ou econômicos.

2.1. O processo de construção da identidade cultural e da criação de estereótipos

Entende-se identidade cultural como um sistema de relações entre indivíduos e populações, que abrange o compartilhamento de patrimônios comuns como a língua, a religião, as artes, o trabalho, o folclore, entre outros processos dinâmicos de construção que se nutrem de diversas fontes de significado ao longo do tempo e do espaço.

A construção de identidades pode se apropriar de matérias-primas fornecidas pela história, geografia, biologia, memória coletiva, fantasias pessoais, aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Esses materiais são processados por indivíduos, grupos sociais e sociedades que readaptam seu significado de acordo com suas tendências e projetos culturais enraizados em sua estrutura social.

As concepções de identidade cultural vêm se transformando ao longo de todo o processo civilizatório. No ideário iluminista, o indivíduo era dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, sendo o centro essencial do "eu", a identidade de uma pessoa. Em contrapartida, na concepção sociológica, a identidade do sujeito se forma através da relação deste com outras pessoas, da interação de valores, sentidos, símbolos e cultura dos mundos habitados pelo sujeito. Segundo Stuart Hall (2007), a identidade, neste sentido, preenche o espaço entre o interior e o exterior, entre o mundo pessoal e o mundo público. Na acepção sociológica, as identidades culturais são projetadas e internalizadas, alinhando os sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que pertencem ao mundo social e cultural em que vivemos:

[...] A identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o "eu real", mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais "exteriores" e as identidades que os mundos oferecem. (HALL, 2007, p.11).

De acordo com Fredrick Barth (1998), identidade e diferença são produtos de relações sociais, e estão sujeitas a relações de poder e a mecanismos de inclusão e exclusão dentro de fronteiras demarcadas. Sendo assim, os grupos, para garantirem sua continuidade, dependem da manutenção de uma fronteira, que persistirá mesmo que os traços culturais mudem. Barth afirma que a identificação de outra pessoa como pertencente a um grupo implica o compartilhamento de critérios de avaliação e julgamento, ou seja, o

reconhecimento de que ambos estão do mesmo lado, compartilham valores e lutam pelos mesmos ideais. Dividir o mundo social entre “nós” e “eles” é somente uma das maneiras de estabelecer a identidade e a diferença entre os grupos sociais.

Na sociedade pós-moderna, embalada pelo processo de globalização, o mundo exterior está em constante mudança, o que fragmenta o indivíduo, obrigando-o a assumir várias identidades. Esse sujeito pós-moderno, conseqüentemente, não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente, pois está à mercê de formações e transformações contínuas em relação aos sistemas culturais que o condicionam. Esse novo indivíduo assume identidades diferentes em momentos distintos, afetadas tanto pelos processos de socialização quanto de globalização, além de sofrer influência dos meios de comunicação e informação. Uma única identidade pode trazer consigo uma série de diferenças, pois não está livre de jogos de poder, de contradições e divisões internas ao sujeito. A diversidade gera o efeito pluralizador sobre as identidades, possibilitando novas posições de identificação – muito passivas de interferências do domínio político e social difundido pelos meios de comunicação. A sociedade atual pode ser comparada a uma entidade que flui e se transforma, sendo constantemente deslocada por essas forças externas.

Segundo o autor Manuel Castells (1999, p.24) a constituição da identidade coletiva costuma ocorrer em um contexto marcado por relações de poder, que pode ser classificada em três formas distintas: a) Identidade Legitimadora – introduzida pelas instituições dominantes da sociedade com o objetivo de expandir sua dominação em relação aos atores sociais; b) Identidade de Resistência – Gerada por atores que se encontram em condições desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica da dominação, atuando como frente de resistência diante dos valores impostos; c) Identidade de Projeto – Quando atores sociais criam uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade, buscando assim, a transformação da estrutura social. Ex: Revolução sexual, luta contra sociedade patriarcal e entrada da mulher no mercado de trabalho etc.

Cada um desses processos de construção de identidade acaba resultando em princípios sociais distintos. A identidade legitimadora dá origem a uma sociedade civil, estabelecida em conjuntos sociais organizados que reproduzem a identidade racionalizadora das fontes de dominação cultural. Já a Identidade de Resistência precipita formas de resistência coletiva diante da opressão. O fundamentalismo religioso, as comunidades territoriais e a auto-afirmação nacionalista são exemplos de manifestações denominadas “exclusões feitas pelos excluídos”, ou seja, a criação de uma identidade

defensiva no termo das ideologias dominantes, revertendo o julgamento de valores e reforçando os limites da resistência. Por fim, a Identidade de Projeto admite a produção de sujeitos coletivos, cuja construção consiste na luta por uma vida diferente, livre do jugo do opressor. Esse terceiro processo também pode buscar a reconciliação de todos os seres humanos como fiéis, irmãos e irmãs, de acordo com as leis de Deus, Alá ou Jesus, como consequência da conversão das sociedades infiéis e materialistas, incapazes de satisfazer as necessidades humanas e os desígnios de Deus.

Nesse ensejo, os meios de comunicação, por seu poder de alcance e impacto discursivo, atuam como instrumentos de influência na formação e construção da identidade cultural. Esses veículos, além de reforçar tendências de valores sócio-culturais, contribuem na instauração de paradigmas baseados em um discurso permeado por interesses de ordens política e econômica.

O sistema de representação midiático gravita em torno do conceito de estereótipo, propagando ideias sobre grupos e cenários sociais de maneira distorcida e generalista. De origem tipográfica, o termo estereótipo deriva do grego “stéoros”(rígido) e “týpo” (fôrma, molde). Trata-se de uma chapa de chumbo fundido que traz em relevo a reprodução de uma página de composição e permite a tiragem de vários exemplares. No vocabulário da tipografia, a prancha estereotipada representa a fôrma que imprime fielmente o padrão da matriz. A referência é utilizada para explicitar o caráter oco e padronizador dos estereótipos, que remetem a uma opinião pronta, um lugar-comum, um clichê, uma ideia amplamente desgastada e banalizada.

O referido termo estereótipo foi introduzido nos estudos das ciências humanas e sociais em 1922 pelo jornalista e pensador a Walter Lippman. O americano valia-se do jargão para se referir à imputação de certas características a pessoas pertencentes a determinados grupos, aos quais se atribuem determinados aspectos típicos.

Estereótipos são então definidos como construções simbólicas distorcidas, contrárias à racionalidade e resistência às mudanças sociais. Eles se manifestam como voz da opinião comum, da moral rasteira, a doxa. Suas funções participativas ou comunicativas são submetidas a uma voz predominante, muitas vezes traduzida sob a forma de provérbios, mitos, lendas, narrativas populares ou discursos ideológicos.

Por suas categorizações inflexíveis, exageradas e simplificadoras da realidade, os estereótipos adquirem um enorme grau de estabilidade no tempo e um grande nível de

convencionalidade social, ainda que baseadas em informações superficiais e deturpadas. Conforme explica João Freire (2004):

Os estereótipos atuam como forma de impor um sentido de organização ao mundo social; a diferença básica, contudo, é que os estereótipos ambicionam impedir qualquer flexibilidade de pensamento na apreensão, avaliação ou comunicação de uma realidade ou alteridade, em prol da manutenção e da reprodução das relações de poder, desigualdade e exploração; da justificação e da racionalização de comportamentos hostis. (FREIRE, 2004, p.46).

Além de identificar categorias gerais de pessoas, os estereótipos contêm julgamento e pressupostos ofensivos a respeito de comportamento, cultura e até mesmo história – “o árabe terrorista”, “o português burro”, “o roqueiro drogado”, “o negro marginal”, “a mulata sensual”, “o homossexual pervertido” etc. Tais representações cristalizadas desumanizam e esvaziam de significado as diferenças culturais e identitárias, reduzindo toda a variedade de características de um povo, raça, gênero, ou classe social a alguns poucos atributos essenciais, criando entidades estanques, desprovidas da força vital que impulsiona as sociedades:

O outro é citado, mencionado, emoldurado, iluminado, encaixado na estratégia de imagem/contra-imagem de um esclarecimento serial. A narrativa e a política cultural da diferença tornam-se o círculo fechado da interpretação. O Outro perde seu poder de significar, de negar, de iniciar seu desejo histórico, de estabelecer seu próprio discurso institucional e oposicional. A exigência é que o Outro seja sempre o bom objeto de conhecimento, o dócil corpo da diferença, reproduzindo eternamente uma relação de dominação (BHABHA, 1998, p. 55).

Como forma influente de controle social, os estereótipos ajudam a estabelecer fronteiras entre o normal e o anormal, o aceitável e o inaceitável, Nós e Eles, produzindo um efeito de verdade absoluta. Também facilitam o surgimento da comunidade imaginária do “normal”, excluindo e desmoralizando tudo aquilo que é diferente e não se encaixa nos moldes propostos. Em suma, os estereótipos atuam como estratégias ideológicas de construção simbólica com o objetivo de naturalizar, universalizar e legitimar normas e convenções de conduta, identidade e valor que emanam das estruturas de dominação social vigente. Eles atuam, não como um erro de percepção, e sim como forma de controle social. Stuart Hall (1997) defende que os estereótipos fazem parte da tentativa habitual das classes dominantes de moldar a sociedade de acordo com sua visão de mundo e seu sistema de valores, de maneira que sua ascendência possa dominar e parecer desejável e inevitável para todos.

2.2. O papel da mídia na aplicação das generalizações e propagações de estigmas

Os meios de comunicação de massa, por monopolizarem as fontes e as difusões de informações, contribuem decisivamente para a percepção da realidade. Considerando sua força de persuasão, a mídia atua como agente equalizador da sociedade, agindo diretamente sobre sua maneira de ver, reconhecer e pensar o mundo.

De fato, o modo como as identidades culturais são percebidas e idealizadas pelas sociedades – ocidentais, principalmente - está profundamente relacionado ao processo de representação difundido pelos meios de comunicação. Esses veículos, além de reforçar tendências de valores sócio-culturais, contribuem na instauração de paradigmas e estereótipos baseados em discursos permeados por interesses de ordem política, social e econômica.

Analisar o papel desses veículos na propagação de estereótipos e na organização da coletividade é importante para entender o discurso midiático e seu poder de influência na construção e propagação da realidade. Nesse contexto, o discurso pode ser encarado como instrumento de controle social que tem a capacidade de consolidar conceitos ideológicos.

Inerente ao ser humano, a comunicação possui caráter universal e psicossocial. Por sua habilidade de comunicar-se através da linguagem oral e escrita, o homem tem a possibilidade de estabelecer diversas relações sociais, reações comportamentais e também interagir socialmente por meio do discurso. A linguagem é a base da sociedade humana, pois modela os pensamentos, os sentimentos, as vontades e as ações do homem, servindo como ferramenta para influenciar e ser influenciado.

Para ser bem sucedido no processo de comunicação, o emissor deve produzir uma mensagem “sem ruídos”, de forma condizente com as características que facilitem a identificação por parte do receptor. Com esse objetivo, a mídia lança mão de construções discursivas simplistas, de fácil entendimento e absorção por parte da sociedade a fim de implementar sua visão de verdade e endossar os valores do poder dominante. Conforme afirmou Bakhtin (2009, p.36): “A palavra é o fenômeno ideológico por excelência”.

O êxito da construção da realidade por parte dos meios de comunicação reside justamente na familiaridade com que os temas são retratados. A revalidação dos discursos do “senso comum”, a apropriação dos elementos históricos que constituem a estrutura sócio-cultural de uma população, aliados ao amplo acesso às fontes de poder sugerem um complexo panorama social e proporcionam à mídia grande credibilidade e autoridade na

difusão de informações. Nesse papel de mediador da verdade e da justiça, o conhecimento advindo da mídia não é oferecido ao público como um dos possíveis, mas sim como o único possível. Assim, as representações difundidas pelos veículos adquirem o peso de serem consideradas objetos de conhecimento comum, recíprocos, óbvios, e acima de tudo, verdadeiros. Por isso, a mídia é enxergada como um poderoso vértice de manipulação e poder:

[...] Por mais que aparentemente o discurso seja pouco importante, as interdições que o atingem logo revelam a sua ligação com o desejo e com o poder. E o que há de surpreendente nisso, já que o discurso - como a psicanálise nos demonstrou - não é simplesmente o que manifesta (ou oculta) o desejo; é também o que é o objeto do desejo; e já que - a história não cessa de nos indicar - o discurso não é simplesmente o que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, aquilo pelo que se luta, o poder do qual procuramos apoderar-nos. (FOUCAULT, 2001, p.10).

No caso dos veículos jornalísticos há ainda regras e convenções para tornar seu material inteligível, moldando a produção de informações de acordo com seu critério editorial. Através do fenômeno conhecido como *agenda setting* a imprensa acaba determinando não só o conteúdo, mas também a maneira como as informações chegarão aos receptores. Define-se ainda, a abordagem mais propícia de uma notícia, o nível de importância da história e o espaço concedido ao tema dentro da publicação. Observa-se, assim, os meios funcionando como modificadores do contexto social, já que as pautas selecionadas sugerem o que as pessoas devem saber ou não. Ou seja, os jornalistas, na analogia da psicologia social de Kurt Lewin, elaborada em 1947, podem ser considerados os “*gatekeepers*” (porteiros ou vigias da notícia), pelo poder de selecionar dentre a grande quantidade de acontecimentos diários em todo o mundo, aqueles que chegarão ao conhecimento da sociedade. Esta escolha é feita segundo critérios editoriais, pessoais, padrões de noticiabilidade e processos organizacionais. A seleção forma, então, uma pauta hegemônica da mídia, onde certos assuntos e fatos são pouco ou nunca noticiados simplesmente por não interessarem aos grandes meios de comunicação – seja por razões políticas, sociais ou econômicas. A organização desses componentes noticiosos é encarregada, então, de constituir e conferir uma identidade específica ao produto final, que possuirá como principal objetivo formar a imagem, o conceito e a ideia do público em relação ao assunto abordado. Portanto, as famosas características jornalísticas de objetividade, imparcialidade e compromisso com a verdade não passam de máscaras discursivas, que atuam em concordância com a ideologia dominante.

Com esse propósito, os meios de comunicação contribuem para a criação e difusão de estereótipos, associando sua homogeneidade com os mitos modernos que, empregados em uma enunciação passional revestida por figuras que resgatam antigos valores (ou impõem outros), os estereótipos adquirem status de mito, revalidando valores culturais e ideológicos. Também as formas estereotipadas no discurso midiático possuem raízes etnocêntricas que não auxiliam na compreensão de outras culturas, e as tornam superficiais e generalistas, neutralizando a noção de pluralidade e da diferença do “Outro”.

Nessa perspectiva, existem muitas maneiras e circunstâncias pelos quais o indivíduo ou um grupo de pessoas passam a ser encarados como ameaça aos valores e os interesses da sociedade. Um deles, amplamente difundido, é conhecido pelo conceito sociológico de “pânico moral”. Criado pelo pesquisador britânico Stan Cohen, o termo refere-se ao processo em que governantes ou a mídia fomentam inquietações populares, em escalas maciças, sobre determinados grupos ou questões sociais. Cada pânico moral tem seu bode expiatório, sobre o qual o público projeta seus medos e fantasias. Essas questões são problematizadas, ao mesmo tempo em que são sugeridas implementações (normalmente sob forma de legislação) de regras a fim de enquadrá-las em um contexto considerado aceitável. Em casos extremos, esse tipo de atividade pode desencadear uma espécie de cruzada moral, que amplifica, discrimina e demoniza os “problemas” destacados pela mídia.

Segundo João Freire (2004), o objeto do pânico moral pode ser de origem recente ou de longa data, mas não está livre de receber os holofotes da mídia, tornando-se novamente o centro das preocupações políticas de agentes da lei, religiosos, intelectuais e políticos. Algumas vezes, o pânico se dissipa e é logo esquecido (exceto no folclore e na memória coletiva). Em outros casos, possui repercussão mais séria e duradoura, podendo ocasionar mudanças nas esferas judiciária e da política social, ou até mesmo, na forma como a sociedade concebe a si mesma.

A sociologia do pânico moral se desenvolveu a partir da bem estabelecida teoria do rótulo, que considera o desvio uma construção social e não uma qualidade inerente a atos ou atores sociais específicos. Os meios de comunicação seriam então, a grande fonte de legitimação dos rótulos, colaborando para a propagação dos pânicos sociais, cujas repercussões sociais redefinem as fronteiras entre o moralmente desejável e o indesejável.

Stuart Hall (1978) descreveu que os pânicos criam condições de consentimento para a construção de uma sociedade mais centralizada na lei e na ordem, e menos inclinada

à espontaneidade e à “permissividade”. Assim, a ideologia hegemônica não pode ser considerada um processo social baseado somente na construção da verdade, mas também uma força que opera por intermédio da mobilização do “senso comum”. Segundo sua análise, o processo e a prática da estereotipagem e da construção de alteridades estão associados a questões de pertencimento no mundo moderno, e também a questões de poder e autoridade no contexto da construção nacional, do colonialismo e do imperialismo.

Diversas formas estereotipadas do “Outro”, como representações de outras culturas, estão fincadas em nacionalismos a partir do século XIX e em racionalizações “científicas” da diferença racial desenvolvidas naquele período.

As representações midiáticas possuem raízes etnocêntricas e imperialistas que tornam as culturas diferentes superficiais e generalistas, contribuindo para fomentar a xenofobia e a desconfiança em relação ao “outro”. De fato, formar opiniões engessadas sobre essas populações, usando de reduções e estereótipos para representá-las, é muito mais fácil do que analisar e compreender sociedades plurais e dinâmicas. Edward W. Said analisa esse tipo de representação no artigo “O Choque de Ignorâncias” (2001):

[...] Como se mostram insuficientes os rótulos, as generalizações e as afirmações culturais! Em algum nível, por exemplo, paixões primitivas e know-how sofisticado convergem de maneiras que desmentem a existência de uma divisa fortificada, entre passado e presente, nós e eles, isso sem falar nada sobre os próprios conceitos de identidade e nacionalidade, temas de divergências e discussões literalmente intermináveis. Uma decisão unilateral de traçar linhas divisórias claras, de empreender cruzadas, de opor nosso bem ao mal deles e de acabar com nações inteiras não torna as supostas entidades mais fáceis de se enxergar. Em lugar disso, mostra até que ponto é muito mais fácil fazer afirmações hostis, com o objetivo de mobilizar paixões coletivas do que refletir, examinar, determinar o que estamos enfrentando realmente, dar-nos conta do caráter interligado de inúmeras vidas, não apenas as ‘deles’, mas também as ‘nossas’. (SAID, 2001, p.16)

A hegemonia ocidental implícita no discurso representativo dos meios de comunicação privilegia um universo de valores, propondo-o como universo referencial. Tal posicionamento implica o fato de um grupo étnico se considerar superior a outro, desvalorizando sua cultura e seus costumes.

3. ORIENTALISMO: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UM DISCURSO ETNOCÊNTRICO

A mídia ocidental utiliza conceitos simplistas e reducionistas na representação das populações árabes e muçulmanas a fim de criar uma identidade “cristalizada”, desvinculada de seus elementos históricos, culturais e políticos, e principalmente, contrastante aos valores do Ocidente.

Rótulos como “O Islã incita a violência”, “Os árabes são comerciantes trapaceiros” e “todos os muçulmanos são fundamentalistas” servem para exaltar ânimos e conferir legitimidade aos atos de governos prepotentes, cujos interesses político-econômicos estão estreitamente vinculados a essa visão disseminada. Nesse sentido, refletir sobre os discursos midiáticos e sobre a linguagem de suas manifestações é uma forma de compreender como se dá a construção do paradigma que antagoniza Ocidente x Oriente. Esse processo de estereotipização e de oposição cultural é explicado pelo autor Edward W. Said, através do termo “Orientalismo”, na obra “Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente” (2008).

Segundo o estudioso, o orientalismo é a forma que os colonizadores europeus e representantes dos países centrais ocidentais encontraram de retratar o Oriente e o também o Islã por meio de uma definição essencializante da realidade que pretendiam apreender, reduzindo-a a uma estética imutável. Nutrindo-se de uma visão colonizadora e, portanto, dicotômica do mundo, esse conhecimento orientalista (que é difundido pela mídia) é criado à luz de uma visão política da realidade, cuja estrutura promovia a diferença entre o familiar (a Europa, o Ocidente, “Nós”) e o estranho (o Oriente, o Leste, “Eles”).

Said (2008) defende a existência de um “Oriente” fabricado pela hegemonia ocidental e outro Oriente, mais real, que se tornou opaco e menos conhecido aos olhos do mundo. Ele parte da premissa de que houve uma visão ocidental do Oriente e do Islã, que estaria estreitamente associada aos conceitos de radicalismo e teocracia:

O Orientalismo é mais particularmente valioso como um sinal do poder europeu-atlântico sobre o Oriente, do que como um discurso verídico sobre o Ocidente. Ainda assim, o que devemos tentar compreender é a pura força consolidada do discurso orientalista, seus laços muito próximos com as instituições do poder político e socioeconômico, e sua persistência formidável. (SAID, 2008, p.33).

O mundo árabo-islâmico, em especial, sempre representou uma dificuldade para as potências ocidentais porque nunca foi fácil contê-lo politicamente. A revolução islâmica no Irã, as guerras árabe-israelenses, e a alta dos preços do petróleo na década de setenta fizeram o muçulmano cada vez mais presente na mídia ocidental. No ideário popular, a figura do árabe mercador ou nômade foi sendo substituída por uma imagem potencialmente ameaçadora, que desperta a preocupação dos países centrais por conta de uma posição dita antissionista, extremista e opressora.

No atual cenário de globalização, a universalização dos valores ocidentais (liderada pelo poderio norte-americano) funciona como um instrumento de dominação político-econômica, e de neutralização da pluralidade e da diferença do “Outro”. Assim, toda a carga etnocêntrica e imperialista existente nos estereótipos orientais oferece uma justificativa para a presença física (exemplo atual, a manutenção do exército norte-americano no Afeganistão e Iraque) e ideológica do Ocidente nos países do Oriente Médio. Nesse contexto, a globalização se ajusta perfeitamente ao discurso de dominação, defendendo os ideais de modernização e democracia ocidentais como a única maneira de “libertar” o Oriente Médio, uma região considerada atrasada e primitiva, que precisa urgentemente da interferência das potências ocidentais.

A dominação ideológica, econômica e cultural imposta pelos países ocidentais (em especial, pelos EUA) e endossada pelos veículos midiáticos, ajuda a criar a imagem de uma frente islâmica irreconciliável, fator determinante para a escolha dos povos árabes e muçulmanos como inimigos públicos do Ocidente. O controle ocidental e a imposição de valores não-orientais acabaram fazendo com que esses povos procurassem restabelecer suas identidades através de tentativas de retorno à sua cultura. Esse retorno terminou por gerar, entre outras manifestações, variedades de fundamentalismo e extremismo nacionalista árabe, que também têm sua parcela de responsabilidade pela imagem negativa associada aos muçulmanos.

A maioria dos consumidores de notícia no Ocidente percebe os árabes e o Islã como sinônimos de problemas. A resposta para esse tipo de visão encontra-se principalmente nas coberturas jornalísticas e no enfoque dos meios de comunicação ao sentimento de antiamericanismo e antiocidentalismo insurgente nos países do Oriente Médio. Além de reforçar e generalizar a associação entre o mundo árabe e a religião islâmica, a mídia exarceba conteúdos de rivalidade, hostilidade e sensacionalismo nas notícias acerca do Oriente Médio.

Em geral, a imprensa também não oferece uma cobertura sistemática dos acontecimentos nessas sociedades – as informações sobre elas surgem somente em momentos conturbados, que geram uma demanda por respostas imediatas para as notícias veiculadas. Para formular essas explicações, a mídia convida analistas e “especialistas” da área, que utilizam discursos e raciocínios reducionistas para fornecer explicações satisfatórias e politicamente corretas sobre o Oriente Médio durante os momentos de crise. Esses pareceres analíticos, carregados de reduções e generalizações servem para deixar as pessoas cada vez mais distantes da realidade plural e propagar o arquétipo negativo referente à região e às populações árabo-islâmicas, bloqueando as ameaças externas e sedimentando o controle sobre o público consumidor de notícias.

3.1. Dificuldade de delimitação conceitual

Qualquer pessoa que pretenda analisar essa vasta entidade chamada Oriente, ou ainda, que deseje fazer uma leitura mais cuidadosa da informação propagada pelos meios de comunicação sobre essa região, precisa estar atenta aos clichês enraizados e repetidos por gerações de especialistas “orientais” e explorados por jornalistas mal-informados, além de tentar esclarecer para si mesmo conceitos mal delimitados pelos orientalistas e, infelizmente, difundidos pela mídia sem nenhum tipo de avaliação crítica.

Quando citamos Oriente, por exemplo, a que região da Terra estamos fazendo referência? A expressão geográfica abarca todo o continente asiático e também a África?

Na definição mais fundamental da geografia física, o Oriente compreende as terras a leste do meridiano de Greenwich, o meridiano principal que divide o planeta em dois hemisférios: o ocidental (a oeste) e o oriental (a leste). Vale lembrar que a linha imaginária do meridiano de Greenwich passa em cima da cidade de Londres, então pode-se afirmar que tudo a seu leste já é considerado o Oriente. Desse modo, cidades como Paris, Berlim, Roma e Genebra – todas consideradas ocidentais e que exercem importância vital para a constituição econômica e política do Ocidente – estariam em terras orientais.

Essa divisão física parece irreal para qualquer habitante do planeta. Paris jamais foi considerada uma cidade oriental, e nunca será. Na verdade, a delimitação concedida pela geografia física já foi ultrapassada, e a linha imaginária que separa o Ocidente do Oriente não é geometricamente perfeita como o meridiano de Greenwich.

Para a geografia política, Ocidente e Oriente reúnem, cada um, populações com características em comum. Essas características podem ser físicas, religiosas, históricas etc. Segundo essa divisão, as Américas e a Europa compõem o Ocidente, enquanto que África, Ásia e Oceania, o Oriente. O interessante dessa divisão é que países totalmente alinhados ao Ocidente como o Japão e a Austrália localizam-se geograficamente no Oriente. Apesar de fazer parte do sistema de mercado ocidental, Japão ainda conserva muitas de suas tradições milenares. Já o caso da Austrália, é diferente, pois o país sempre foi ligado ao Ocidente por raízes históricas. A Austrália foi colônia britânica e faz parte da *Commonwealth* – associação de países pertencentes ao império britânico – e de uma série de alianças ocidentais. Embora seja independente, continua tendo como soberana a Rainha Elizabeth da Grã-Bretanha.

Se o que chamamos de Oriente engloba países tão diversos como o Líbano, a China, a Austrália e a Índia, como então colocar sob o mesmo rótulo países tão distintos? Falar em Oriente, e mesmo em Ocidente, é deixar de lado as peculiaridades de cada região. Certamente não há nada que associe o Líbano à China: são idiomas, povos, culturas e processos históricos diferentes. Como então chamá-los de orientais?

Talvez tenha sido essa pergunta que levou a uma subdivisão do Oriente. Temos então o Extremo Oriente onde estão localizados, entre outros, o Japão, a China, as duas Coreias e os países do sudeste asiático. Temos o sul da Ásia que compreende a Índia e o Paquistão, a Ásia Central com o Turcomenistão, Uzbequistão, Quirquistão, Tadjiquistão e o Afeganistão. Por fim, há o Oriente Médio ou Oriente Próximo que abrange Israel, Palestina, Líbano, Síria, Jordânia e os países do Golfo Pérsico. Muitos ainda incluem o Egito nessa classificação, pois ainda que o país esteja localizado fisicamente na África, possui laços culturais, históricos e políticos muito mais fortes com os países do chamado Oriente Próximo.

Ainda assim, é importante ressaltar que a denominação dessa região tem um fator complicador. O que hoje chamamos de Oriente Médio – e esta realmente é a denominação mais popular – nem sempre foi conhecido assim. Os britânicos a chamaram durante muito tempo de *Near East*, os franceses a tratam de *Proche Orient* até hoje. Aparentemente, a expressão *Middle East* (Oriente Médio) começou a ser difundida a partir dos anos setenta quando o Oriente Próximo tomou de assalto a atenção dos Estados Unidos com a alta dos preços do petróleo e a crise dos reféns no Irã.

O fato é que na ânsia de domesticar a diferença, foram criadas entidades tão abrangentes que nem sempre correspondem à diversidade da realidade. Os especialistas criaram e a mídia propaga um Oriente uniforme, sendo que na verdade, existem inúmeros Orientes, com povos, culturas e línguas diferentes. Mesmo a subdivisão Oriente Médio, que também pretende ser algo uniforme, não corresponde ao que de fato a região é. Afinal, estão no Oriente Médio, os egípcios (árabes muçulmanos em território africano), os israelenses (judeus), os libaneses (onde uma parcela da população é cristã), os iranianos (persas e muçulmanos xiitas), os sauditas (muçulmanos wahhabitas) etc.

Para a maioria das pessoas, o Oriente Médio é a região onde vivem os árabes muçulmanos. Como foi exposto acima, não é bem assim que funciona, mas a associação é feita quase que automaticamente. Outra associação automática é feita entre os árabes e os muçulmanos: muitos veem os dois como sinônimos. Embora, o islamismo tenha nascido

entre os árabes, hoje o maior país muçulmano do mundo é a Indonésia, que nem fica no denominado Oriente Médio.

A verdade é que para a maioria das pessoas é difícil dissociar os conceitos de árabe e de muçulmano. Nem os especialistas e nem a mídia fazem qualquer esforço para demarcar os limites entre os dois conceitos. Nem todo árabe é muçulmano – um exemplo disso são os cristãos libaneses. Ao mesmo tempo, nem todo muçulmano é árabe, como por exemplo, a já citada Indonésia, e também o Paquistão e o Marrocos.

Entretanto, o exemplo mais interessante de se ressaltar nesse caso é o Irã. Localizado no Oriente Médio, na região do Golfo Pérsico e vizinho de países árabes, o Irã é considerado um deles. O que pouca gente sabe é que os iranianos não são árabes, e nem ao menos, falam o idioma árabe. Eles são persas e falam um idioma homônimo. Porém, como são muçulmanos e seu país está localizado no Oriente Médio, os iranianos são identificados como árabes por um grande número de pessoas.

Uma situação semelhante acontece com os muçulmanos bósnios e os chechenos. Em primeiro lugar, a associação instintiva entre muçulmanos e árabes torna mais difícil aceitar a existência de muçulmanos europeus. É claro que existem muçulmanos vivendo na Europa, mas eles são imigrantes asiáticos e africanos, ou seus descendentes e suas características físicas os diferencia do europeu comum. Mas na Bósnia e na Chechênia é diferente, pois eles são muçulmanos com feições e características russas. O que foge completamente ao estereótipo pré-concebido de muçulmano-árabe.

O próprio Islã é enxergado como uma religião uniforme e imutável pela sociedade ocidental. A religião islâmica chega ao Ocidente normalmente em momentos de crise: quando os preços do petróleo sobem demais ou a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) ameaça cortes na produção; quando explode a violência entre israelenses e palestinos nos territórios ocupados de Gaza e da Cisjordânia; quando uma organização terrorista joga aviões no World Trade Center e no Pentágono; quando uma legislação francesa proíbe a utilização do *hijab* nas instituições de ensino do país ou quando charges do profeta Maomé despertam a fúria de grupos extremistas. Em momentos como esses, as respostas para as crises são sempre procuradas no Islã, cujo perfil acaba sendo traçado de maneira homogênea e reducionista.

Fato pouco explorado pela cobertura midiática, é que o Islã é tão diverso quanto o cristianismo, possuindo diversas correntes de pensamento dentro da mesma religião. Assim como os cristãos podem optar por correntes como o catolicismo, o protestantismo, o

anglicanismo etc, os fiéis muçulmanos também podem escolher as vertentes que mais lhe agradam, podendo tornar-se sunitas, xiitas, wahhabitas ou sufis.

No Brasil, a maioria dos consumidores de notícias ainda confunde significados como o das palavras “turco” e “árabe”, que são utilizadas como se fossem praticamente sinônimos. Muitos brasileiros chamam os árabes de turcos e desconhecem o fato de que os dois povos são diferentes, de origem e idioma distintos. Na verdade, essa situação equivocada foi introduzida desde que os primeiros árabes chegaram ao Brasil. Como a maioria deles possuía passaporte turco, passaram a ser classificados como tal, e essa confusão de etnias permanece até os dias de hoje. O filme “*Baile Perfumado*”, de Paulo Caldas e Lírio Ferreira, lançado em 1997, faz uma clara referência a esse erro de distinção, quando o fotógrafo libanês Benjamin Abrahão, interpretado pelo ator Duda Mamberti, é constantemente chamado de turco pelo bando de Lampião. No que prontamente responde: “Nós não é turco, nós é libanês”.

3.2. Antiguidade e Idade Média: As primeiras representações do Oriente

Desde a Antiguidade, o Oriente Médio já era representado como um lugar repleto de seres exóticos, que exalava uma mistura de hostilidade, romance, erotismo e misticismo. No teatro grego clássico, por exemplo, já podiam ser encontrados elementos de uma visão orientalista da região.

Em “Os Persas”, de Ésquilo, retrata-se uma Grécia vitoriosa sobre as pretensões persas em adquirir o poder, destacando a sensação de desastre que recai sobre eles quando descobrem que seus exércitos conquistadores, liderados pelo rei Xerxes, foram destruídos pelos gregos. O que importa nesse ponto é que ao Oriente Médio são atribuídos os sentimentos de vazio, perda e derrota iminente, diante do poderio europeu. Na peça “As Bacantes”, de Eurípidés, o deus Dionísio é diretamente associado aos mistérios e excessos orientais. Já Penteu representa a razão ocidental - que por não reconhecer o poder e a divindade de Dionísio - acaba sendo punido pelo excêntrico e cruel deus.

Nas duas peças do teatro clássico citadas acima são encontradas duas características que acompanharão a visão ocidental do Oriente Médio por muito tempo. Em primeiro lugar, é a articulação do Oriente pela Europa, cabendo aos gregos representar os derrotados e desassistidos orientais. Ésquilo o faz em “Os Persas” através da rainha, mãe do rei Xerxes, uma personagem sempre prostrada e submissa. Em segundo lugar, há o tema do Oriente como algo que insinua desconfiança e perigo, uma clara ameaça à razão europeia. Os excessos e os mistérios orientais solapam sua racionalidade, contrariando os valores “normais” defendidos pelo Ocidente. Desse ponto em diante, o aspecto misterioso oriental é continuamente levado a sério, sendo uma das razões de não pouca importância que desafiam a mente ocidental racional a exercitar de novo sua permanente ambição e poder.

Essa visão orientalista é alimentada pelas narrativas de viajantes ocidentais, dos encontros entre o Oriente e o Ocidente recontados por oradores, poetas, escritores e estudiosos que contribuíram para o fundo de saber taxonômico, que separava as raças, as regiões, as nações e as mentes umas das outras – grande parte em prol do benefício próprio, existindo para provar que os romanos e os gregos eram superiores a outras espécies de povos.

As viagens de Heródoto, Alexandre, O Grande, passando por Marco Polo, Napoleão e os desbravadores europeus dos séculos XVIII e XIX, como Antoine Galland (que assinou as primeiras traduções da obra “As mil e Uma Noites”), serviram para constituir um arsenal

de relatos, histórias, fábulas e estereótipos que representavam as excentricidades da vida oriental, com seus calendários esquisitos, suas configurações espaciais exóticas, seus idiomas estranhos e sua moralidade de aparência perversa.

Nas profundezas desse palco oriental, encontrava-se um repertório cultural prodigioso, cujos itens individuais evocam um mundo mágico, fabulosamente rico: a Esfinge, Cleópatra, o Éden, Sodoma e Gomorra, Sabá, Babilônia, os Gênios, Maomé e outros inúmeros personagens, monstros e heróis do qual a imaginação europeia prazerosamente se nutria, recorrendo à riqueza oriental para criar suas produções que tinham o poder de aguçar os contornos das imagens, das ideias e das figuras que a povoavam.

A eficiência dessa colocação na geografia imaginativa ocidental pode ser percebida nos textos de Milton, Shakespeare, Cervantes, entre outros clássicos autores ocidentais.

Um exemplo emblemático dessa perspectiva é a obra “A Divina Comédia”, de Dante Alighieri, que combinou o retrato realista secular e um sistema eterno e universal de valores cristãos. Em sua peregrinação pelo inferno, Dante se depara com Maomé, que pertence a uma hierarquia de pecadores, considerada pior do que os lascivos, os coléricos, os suicidas e os hereges. Depois de Maomé, somente os falsificadores e os blasfemadores, além do próprio Satã. O castigo de Maomé, que também constitui o seu destino eterno, é peculiarmente sórdido e sádico: o profeta é interminavelmente partido em dois, do queixo ao ânus, como se fosse um barril de madeira rachada.

Mas isso não é tudo o que Dante tem a dizer sobre o Islã. Um pouco antes do inferno, o autor cita um pequeno grupo de muçulmanos, Avicena, Averróis e Saladino, que se encontra entre aqueles pagãos virtuosos que, ao lado de Heitor, Enéas, Sócrates, Platão e Aristóteles, estão condenados a um castigo severo simplesmente por não serem cristãos.

Os movimentos conquistadores religiosos orientais, como o *Jihad* islâmico, e os ocidentais, como as Cruzadas, além de firmarem o confronto entre o Oeste e o Leste, também ajudaram a sedimentar a imagem de um Oriente ameaçador e oposto ao Ocidente.

No que diz respeito ao Islã, o medo europeu tinha razão de ser. Depois da morte de Maomé em 632, a hegemonia militar e mais tarde, cultural e religiosa do islamismo cresceu vertiginosamente. Primeiro a Pérsia, depois a Síria e o Egito, depois a Turquia e mais tarde a África do Norte caíram nas mãos dos exércitos muçulmanos. Nos séculos VIII e IX, a Espanha, a Sicília e parte da França também foram conquistadas pelos islâmicos. Quatro séculos depois, o Islã se expandiu para o leste, alcançando a Índia, a Indonésia e a China.

A esse extraordinário avanço, a Europa só conseguia reagir na base do medo e de uma espécie de temor reverente. Nesse contexto, os autores cristãos que testemunharam as conquistas islâmicas tinham pouco interesse pela erudição e cultura dos muçulmanos, já que eram contemporâneos do período mais sombrio e inativo da história europeia. “O que os cristãos sentiam sobre os exércitos orientais era que eles tinham toda a aparência de um enxame de abelhas, mas que com a mão pesada, devastavam tudo”, assim descreveu um clérigo, em Monte Cassino, no século XI.

Por isso, o Islã veio a simbolizar o terror, a devastação, as hordas bárbaras que traziam a derrota e destruição. Até o final do século XVII, o perigo otomano estava à espreita ao longo do continente europeu, representando para a civilização cristã um perigo constante. Tal sensação de receio e aversão foi incorporada à civilização europeia, assim como seus acontecimentos, figuras, virtudes e vícios que viraram parte do tecido da vida e da realidade ocidental.

No decorrer do século XIX, esse imaginário foi muito enriquecido pelo fato do Oriente ter se tornado um dos cenários favoritos para europeus abastados desenvolverem experiências pessoais existencialistas. Escritores como Flaubert, Mark Twain e Kinglake buscavam no Oriente uma realidade exótica e atraente, para aperfeiçoar o estoque de imagens previamente construídas sobre a região.

Esses viajantes eruditos observavam o Oriente “de fora”, jamais envolvidos, sempre distanciados das experiências cotidianas legítimas da região:

A afirmação escrita sobre o Oriente baseia-se muito pouco no próprio Oriente. Ao contrário, a afirmação escrita é uma presença para o leitor em virtude de ter excluído, tornado supérflua qualquer coisa real com o Oriente. O fato de o Orientalismo fazer sentido depende mais do Ocidente do que do Oriente, e esse sentido tem uma dívida direta com várias técnicas ocidentais de representação que tornam o Oriente “presente” no discurso a seu respeito. E para obter os seus efeitos, essas representações se baseiam em instituições, tradições, convenções e códigos consensuais de compreensão, e não num distante e amorfo Oriente. (SAID, 2008, p.52)

Como analistas superiores, os europeus preferiam espetacularizar o Oriente Médio, representando-o como um quadro vivo de atraso, bizarrice, inferioridade e desordem. O orientalista H.A.R Gibb (1949) ilustra justamente esse pensamento nas palestras batizadas de “Tendências Modernas do Islã”:

[...] É verdade que houve alguns filósofos entre os povos muçulmanos e que alguns deles eram árabes, mas foram raras exceções. A mente árabe, quer em relação com o mundo exterior, quer em relação com os processos de pensamento, não pode livrar-se da sua intensa sensibilidade para com a separação e a individualidade dos acontecimentos concretos (...) É o que também explica a aversão do muçulmano pelos processos mentais do racionalismo. (GIBB, 1949, p. 102).

Durante sua estadia no Egito, o escritor Gustav Flaubert produziu uma obra orientalista nos já citados moldes estigmatizantes. O romancista viajou ao Oriente na busca de uma “alternativa visionária”, ao leste e ao sul, para fugir da paisagem provinciana francesa e da monotonia inerente ao cotidiano burguês europeu. Nas obras, suas experiências são transmitidas em forma quase teatral que exageram na simbologia do bizarro e do contraste à “normalidade” ocidental. Flaubert celebra o misticismo, a sensualidade e estranheza do local, com narrações quase circenses sobre a rotina oriental:

Há algum tempo, na estrada do Cairo a Shubra, um jovem se fez sodomizar em público por um grande macaco, para provocar uma boa opinião sobre si mesmo e provocar o riso das pessoas.”; “Hospital Kasr el-‘ Aini. Bem cuidado. Obra de Clot Bey – o toque de sua mão ainda é visível. Belos casos de sífilis ; na ala dos mamelucos de Abba, vários tem a doença no traseiro. A um sinal do médico, todos se levantavam nas suas camas, desatavam os cintos das suas calças e abriam o ânus com os dedos para mostras os seus cancros [...] Um raquítico com mãos curvadas para trás, unhas longas como garras; podia-se ver a estrutura óssea de seu torso tão claramente como um esqueleto; o resto do corpo também era fantasticamente magro, e a cabeça estava coberta com anéis brancos de lepra. (SAID, 2008, p.114).

Detalhes escatológicos de cenas como essas estão em muitos romances orientalistas de Flaubert, em que os sentimentos de repulsa são suprimidos e o que importa é a descrição correta do detalhe, já que a degradação é parte integrante e importante da “realidade” oriental.

Os momentos mais famosos da jornada oriental de Flaubert têm a ver com Kuchuk Hanem, uma dançarina e cortesã que ele conheceu no Egito. Imediatamente vem à sua mente a construção mística da odalisca fecunda, submissa e insaciável, que exala sexualidade por todos os poros. Sobre sua relação com a dançarina, o romancista confidenciou a um amigo: “a mulher oriental não passa de uma máquina: ela não faz distinção entre um homem e outro homem”.

Entrelaçada em todas as experiências orientais de Flaubert e de outros escritores, está uma associação quase uniforme entre o Oriente Médio e o sexo. Porque o Oriente Médio ainda parece sugerir não só a fecundidade, mas a promessa sexual, a sensualidade

incansável, as energias gerativas e o desejo ilimitado, já que na Europa o assunto era tratado como tabu. É também uma concepção machista de mundo, que retrata as mulheres orientais como objetos sexuais submissos e sempre disponíveis aos desejos masculinos. Quando Antoine Galland traduziu “As Mil e Uma Noites” para o francês, em 1704, deixou de lado muitas histórias que seriam consideradas ofensivas à mente europeia por seu conteúdo erótico. Na verdade, a versão de Galland contém menos de trezentas entre as mil e uma noites de histórias contadas por Sheherazade, simplesmente porque o tradutor achava que os contos continham um conteúdo que extrapolava a moral europeia.

Ainda segundo os orientalistas, o Oriente também buscava reproduzir estruturas políticas e religiosas a partir de exemplos ocidentais, não sendo passíveis de construir sua própria identidade sócio-cultural. De acordo com Said (2008), o historiador americano Carl Becker teria argumentado que, embora o Islã herdasse a tradição helênica, não podia compreender nem empregar a tradição humanística grega. Ele pregoava também que era preciso interpretar o Islã não como uma religião “original”, mas como uma tentativa fracassada de empregar a filosofia grega sem a mesma inspiração criativa da Europa renascentista.

Assim, o Oriente era visto como um local que exigia a atenção, a reconstrução e até a redenção Ocidental. Ele existia como uma região isolada da principal corrente do progresso europeu nas ciências, nas artes e no comércio.

No início do século XIX, as teses do atraso, degeneração e desigualdade orientais em relação ao Ocidente associavam-se a idéias sobre bases biológicas da desigualdade racial, nas quais os povos orientais não possuíam a mesma capacidade intelectual e organizacional que os europeus. O oriental era associado, então, a elementos marginais da sociedade ocidental (delinquentes, insanos, mulheres, pobres etc). Eram analisados, então, não como cidadãos, mas como problemas a serem resolvidos e “salvos” da desgraça pelo domínio colonial europeu.

3.3. Ocidente X Oriente: Maniqueísmo de ordem imperialista

Um dos legados mais importantes do discurso orientalista é justamente o reforço da superioridade do Ocidente em relação ao Oriente. O orientalismo surgiu justamente da análise do “diferente”, dos opostos, da comparação e das ideias dualistas alimentadas por uma visão eurocêntrica e imperialista de poder, com o objetivo de conferir à cultura europeia mais força e identidade. A principal questão colocada por esse discurso é, portanto, a oposição Nós X Eles.

O Oriente que aparece nessa prática ideológica é, portanto, um sistema de representações estruturado por todo um conjunto de forças políticas e sociais que introduziram (e recriaram) o Oriente não só na erudição ocidental, mas também na consciência ocidental e na necessidade de dominação territorial.

Na verdade, o discurso orientalista sempre foi empregado para justificar a necessidade da ocupação europeia no Oriente. Sua disciplina comparativa deixava clara a imensa desigualdade entre o Oriente e o Ocidente, cabendo então aos modernos europeus a tarefa de auxiliar os “atrasados” orientais:

O discurso colonial busca legitimização para as suas estratégias através da produção de conhecimentos do colonizador e do colonizado que são estereotipados. O objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução. (BHABHA, 1998, p.113).

Muitos pensadores do século XIX dividiam a humanidade em generalidades abstratas: muçulmanos, judeus, orientais, a Europa, a Ásia, o Oriente e o Ocidente. Entre o Leste e o Oeste havia uma vasta coletividade humana que devia ser guiada pelos europeus e a quem deveriam ser ensinados os modos, os sentidos e os valores superiores ocidentais, ou seja, uma vasta coletividade humana que deveria ser colonizada. Essa posição superior da cultura ocidental, na verdade, serviu como prerrogativa para colocar em prática os desejos expansionistas e coloniais dos países europeus. Vale lembrar, que no final da Primeira Guerra Mundial, a Europa já tinha colonizado 85% da Terra, e esse incrível processo de expansão imperialista consolidou o hábito cultural de desenvolver grandes generalizações pelas quais a realidade oriental foi dividida em diversos coletivos: idiomas, etnias, raças, gêneros etc, sendo que cada categoria obedecia a diferentes graus de interpretação avaliativa.

Realçando essas categorias, está a oposição rigidamente binômica de “nosso” e “deles”, além da introdução do “conhecimento” ocidental nas regiões mais remotas do Oriente.

No entanto, a penetração ocidental no Oriente, não foi feita por impulso. Anos de estudos sobre o Oriente foram necessários para que os europeus se lançassem à região, acarretando uma mudança na percepção geográfica e espacial da região, que passou de textual e descritiva à econômica, militar e administrativa. Assim, o Oriente – do modo generalista, superficial e preconceituoso retratado pelo orientalismo – estava inserido na cultura, na consciência e no império europeus, não sendo errado deduzir, neste caso, que o europeu era racista, imperialista e etnocêntrico.

O imperialismo europeu levou em conta a ideia da desigualdade biológica das raças que eram divididas em atrasadas e desenvolvidas. Os orientais, e não apenas eles, mas também os índios americanos e os africanos eram classificados como atrasados e incapazes, enquanto os europeus eram desenvolvidos, modernos e desbravadores.

Ao longo dos séculos, notou-se que um dos principais âmbitos do imperialismo é o seu aspecto ideológico-cultural, o qual remonta uma compreensão extremamente etnocêntrica, hegemônica e discriminadora a respeito do Oriente. Por mais subentendida que possa parecer essa relação de poder dos ocidentais sobre o Oriente, sabe-se que ela tem raízes em um passado histórico rico em experiências belicosas e dominadoras que se consumaram nos campos político, cultural e socioeconômico.

Conforme já observado nesse trabalho, os viajantes, estudiosos e eruditos orientalistas viajavam para os países orientais de interesse na intenção de confirmar as idéias e verdades pré-concebidas a respeito deles. Essas viagens até resultaram em algum conhecimento sobre o Oriente, mas sua maior consequência foi a criação de uma espécie de mitologia orientalista, recheada de preconceito e etnocentrismo, que foi eternizada por um grande número de escritores e pesquisadores do século XIX. Eles, na verdade, não tinham nenhum interesse em compreender o Oriente, simplesmente desejavam sedimentar as convicções já arraigadas na sociedade ocidental.

Uma mudança na maneira como os expansionistas se relacionavam com o Oriente pode ser percebida na invasão napoleônica ao Egito, em 1798. O realismo descritivo empenhado na conquista moldou os aspectos orientais e fez a Descrição do Egito o modelo dos esforços para aproximar o Oriente da Europa, diminuindo sua estranheza, e no caso do Islã, reduzindo sua hostilidade. Quando invadiu o Egito, Napoleão adotou uma tática diferente das usadas em outras ocasiões imperialistas. Ele tentou provar que lutava em prol

do Islã, defendendo sua admiração por Maomé e pelo islamismo, além de sua devoção pelo Corão. Administrando o país recém-conquistado dessa forma, Napoleão conseguiu fazer com que a população egípcia perdesse a desconfiança em relação às tropas francesas. O que Napoleão fez, nessas circunstâncias, foi transportar a definição textual do Oriente para o plano prático com a aplicação das ideias orientalistas nas colônias europeias, assim o discurso orientalista passou de uma ideologia erudita a uma instituição imperial, e seu campo de ação e o do império tornaram-se exatamente os mesmos.

No período entre-guerras do século XX, as relações entre o Leste e o Oeste assumiram um curso conflituoso e preocupante para os países industriais. Os sinais de reivindicações orientais de independência política estavam por toda parte. Havia a questão da ocupação pura e simples; a questão dos territórios sob mandato; a questão da competição europeia pelos territórios orientais; a questão da mobilização das elites nativas e dos movimentos populares nativos; as demandas nativas de autogoverno e independência, enfim, situações de desgaste colonial que catapultaram o processo de descolonização após a Segunda Guerra Mundial.

A prolongada intervenção ocidental no Oriente gerou um grande descontentamento na região, canalizado por movimentos e insurgências nacionalistas. Mais uma vez imbuídos nos preceitos orientalistas, os imperialistas identificaram essa animosidade não como um desejo de liberdade, e sim como uma forma de expressar rancor e inveja do progresso europeu. Ou seja, embora o oriental sentisse seu mundo ameaçado por uma civilização expansionista, suas hostilidades não seriam causadas por um desejo de liberdade, independência política ou realização cultural, mas sim por uma malícia invejosa das conquistas ocidentais.

O declínio da suserania europeia sobre a Ásia e a África aumentou o medo em relação ao Islã. Dada sua relação especial com o cristianismo e o judaísmo, o Islã, tornou-se sinônimo de atraso cultural, misticismo descabido, primitivismo e radicalismo, condições agravadas naturalmente pelo temor de que civilização islâmica continuasse a se opor ao Ocidente cristão. O discurso contra o Islã enfatizava a resistência do muçulmano contra a mudança e contra o desenvolvimento da sociedade, que voltaria viver de modo arcaico e primitivo. O Islã também seria parte de uma escola radicalista cujos preceitos pregavam ideias avessas ao mundo moderno: mahdismo, nacionalismo, retrocesso e a restauração de um califado.

Quando aqui foram citados os processos que levaram à formação da imagem que o Ocidente tem do Oriente, não se tentava convencer ninguém de que existe, oposto a essa imagem difundida, um Oriente real. Na verdade, não existe somente um Oriente. São povos, culturas, línguas e sociedades diferentes que não poderiam ser classificadas sob um mesmo rótulo. O que deve ser observado é que a invenção do Oriente tem servido à atividade de três grandes impérios: França, Grã-Bretanha e Estados Unidos. A domesticação do exótico Oriente conferiu legitimidade à ocupação das terras orientais e colaborou na construção da própria imagem do Ocidente quando contraposta ao Oriente:

As representações são formações, ou como disse Roland Barthes de todas as operações de linguagem, são deformações. O Oriente como representação na Europa é formado – ou deformado – a partir de uma sensibilidade específica com relação a uma região geográfica chamada de “O Leste”. Em grande medida, o orientalista fornece à sua própria sociedade representações do Oriente que a) levem a sua marca distintiva, b) ilustrem a sua concepção do que o Oriente pode ou deveria ser, c) contestem a visão do Oriente de outra pessoa, d) forneçam ao discurso orientalista aquilo que, naquele momento, ele parece precisar mais e e) respondam a certos requerimentos culturais, profissionais, nacionais e políticos da época. [...] Fica evidente que o “conhecimento” – nunca absoluto ou simplesmente objetivo – é aquilo que os cinco atributos da representação orientalista listados acima distribuem, e redistribuem. (SAID, 2008, p.278).

O fim da Segunda Guerra Mundial também trouxe uma nova ordem mundial protagonizada por duas grandes potências, os Estados Unidos e a ex-União Soviética, que iniciaram uma corrida pela expansão de suas áreas de influência. Nessa nova ordem bipolar, todos os países deveriam deixar claro de que lado estavam, e isso não foi diferente para os países islâmicos, que também foram alvos da disputa entre as duas potências.

A partir do momento em que os Estados Unidos passaram a ser o centro do mundo, o orientalismo sofreu mudanças estruturais. A disciplina passou da apreensão vaga do Oriente, deixando de lado a filologia (estudo de uma língua, literatura, cultura ou civilização sob uma visão histórica, a partir de pesquisas e documentos escritos), a uma especialização das ciências sociais. O novo discurso orientalista americano aplica às ciências sociais ao Oriente, evitando o contágio da literatura e da mitologia, ao contrário do que faziam os europeus. Desse modo, o oriental é reduzido a atitudes, tendências e estatísticas. Além das diferenças formais, o orientalismo europeu e o americano ainda eram separados por mais um ponto importante: o contato com os povos do Oriente. Enquanto os europeus ocuparam as terras orientais por séculos e travaram contatos diretos com suas populações, os americanos não tiveram essa experiência. O orientalismo americano é fruto das escolas de idiomas do

exército que atuaram na Segunda Guerra Mundial, de um interesse governamental e corporativo, da corrida por áreas de influência travada com a ex-União Soviética, além da experiência dos missionários americanos na região.

Em sua essência, no entanto, o orientalismo continuou um discurso racista, hegemônico e imperialista. O relacionamento entre Ocidente e Oriente continuou a ser uma relação entre o mais forte e o mais fraco, enfim, manteve-se a relação implícita de poder.

O mundo islâmico, por sua vez, sempre representou um obstáculo para os países ocidentais, pela permanente dificuldade em reprimi-lo politicamente. Com o término da Segunda Guerra, o nacionalismo árabe declarou abertamente sua hostilidade ao imperialismo ocidental e todas as suas formas de poder, representado pelos Estados Unidos e pela ex-União Soviética. A grande dificuldade era justamente explicar e contra-atacar as ideias que agitavam e iriam conturbar ainda mais o mundo muçulmano. No caso da revolução iraniana, por exemplo, como frear e justificar perante o mundo ocidental uma revolução de ordem islâmica e não comunista? Porque para uma revolução comunista, o Ocidente já possuía os argumentos ideais para justificar e condenar a causa, mas para a opção islâmica, o argumento teria que ser sustentado pelo discurso orientalista de reafirmação da inferioridade cultural do Oriente, a fraqueza da mente muçulmana e a diminuição, em geral, das sociedades muçulmanas. A criação do Estado de Israel e suas consequentes guerras árabe-israelenses incorporaram a imagem estereotipada do muçulmano na sociedade americana. Na cultura popular, nas universidades, na política e na mídia norte-americana, o muçulmano deixou de ser representado como o comerciante de má-fé ou o nômade no deserto para se tornar uma figura perigosa que inspira o medo e a desconfiança por parte dos americanos.

Obviamente, esse suposto “choque de civilizações” disseminado pelos Estados Unidos e alardeado pela mídia mascara razões político-econômicas, como o controle dos poços de petróleo no Golfo Pérsico, que provocaram as duas guerras empenhadas contra o Iraque:

O fato de que essas rematadas ficções se prestem facilmente à manipulação e à organização das paixões coletivas nunca foi mais evidente do que na contemporaneidade, quando a mobilização do medo, do ódio e do asco, bem como da presunção e arrogância ressurgentes – boa parte disso relacionada ao Islã e aos árabes de um lado, e a “nós”, os ocidentais, do outro é um empreendimento em escala ampla para atender a interesses políticos e econômicos. (SAID, 2008, p.13).

Os chocantes ataques terroristas ao World Trade Center, em 2001, fatalmente alimentaram o ódio, a xenofobia e a histeria contra, não somente o Islã, mas também contra todo o Oriente Médio indiscriminadamente. O fatídico evento terrorista provocou um alarde em escala mundial contra o islamismo, que ficou estigmatizado como uma instituição fundamentalista, extremista, vingativa e cruel. Os meios de comunicação fizeram ressaltar, acima de tudo, que os ataques foram uma clara demonstração da aversão que “os árabes” em geral (sem discriminar país, etnia ou religião) possuem contra o Ocidente, e cabe aos Estados Unidos, ferido em sua soberania, liderar um movimento contra o terrorismo e a favor da liberdade.

Em nome da “segurança mundial” e da liberdade os Estados Unidos invadiram o Afeganistão e o Iraque, deixando um rastro de destruição, massacre de populações civis, fome, pilhagem identitária e conflitos políticos internos nos países ocupados.

No caso da invasão do Iraque e na deposição do ditador Saddam Hussein, fica difícil não associar o frenesi em torno das misteriosas armas de destruição em massa (jamais encontradas) e da instauração “na marra” da democracia, ao interesses econômicos em ter acesso aos poços de petróleo do país. Se o petróleo não fosse o principal produto de exportação iraquiano, dificilmente o governo americano teria feito um efetivo de proporções descomunais do exército, da marinha e da aeronáutica atravessar mais de 11 mil quilômetros com o belo objetivo de levar a democracia e a liberdade a um país cuja maioria da população americana desconhecia a localização geográfica. Ou seja, sem um sentimento bem organizado advindo das clássicas dualidades orientalistas – “aquele povo” não é como “nós”, não aprecia os “nossos valores” e precisa urgentemente ser resgatado – não teria havido guerra. Conforme analisou Said (2008) as sociedades contemporâneas de árabes e muçulmanos sofreram (e continuam sofrendo) um ataque tão maciço, tão agressivo em razão do seu atraso, da sua falta de democracia e de sua supressão dos direitos das mulheres, que simplesmente pensamos que noções como modernidade, iluminismo e democracia são conceitos simples, consensuais, que podem ser vendidos como qualquer produto no mercado. A leviandade da mídia e dos políticos irresponsáveis que falam em nome da política externa e que não têm a menor noção da vida real desses lugares produziu uma realidade árida e estéril à espera de que o poderio norte-americano venha construir um modelo de “liberdade” e de “democracia”.

Não há como desconsiderar, portanto, que as distinções orientalistas como Leste/Oeste, Norte/Sul, ter/não ter, imperialista/anti-imperialista, branco/de cor, nós/eles,

nascem de propósitos ideológicos com objetivos implícitos de controle político, social e econômico. Os meios de comunicação de massa (televisão, rádio, cinema, jornal e internet) colaboram com a difusão dessas representações como forma de corroborar os valores dominantes.

3.4. A difusão e aplicação de doutrinas uniformizadoras

Como o mundo árabo-islâmico só costuma ser evidenciado nas sociedades ocidentais em momentos de crise, a utilização de rótulos carregados de significados reducionistas, como “Islã” e “Oriente Médio” não contribui em nada àqueles que buscam por respostas em meio ao caos. De fato, os estereótipos confundem e induzem as pessoas a acreditar em fatos que quase nunca correspondem à dinâmica e à diversidade naturais das civilizações.

No atual cenário de globalização, a universalização dos valores ocidentais (liderada pelo poderio norte-americano) funciona como um instrumento de dominação político-econômica, e de neutralização da pluralidade e da diferença do “outro”. Assim, toda a carga etnocêntrica e imperialista existente nos estereótipos orientais oferece uma justificativa para a presença física (invasões territoriais, como a atual ocupação do Iraque e a manutenção da presença militar norte-americana no Afeganistão) e ideológica do Ocidente nos países do Oriente Médio. Nesse contexto, o embasamento teórico fornecido por acadêmicos orientistas e disseminado pela mídia, se ajusta perfeitamente ao discurso de dominação, defendendo os ideais de modernização e democracia ocidentais como a única maneira de transformar o mundo árabo-islâmico – uma região retrógrada e primitiva, que necessita da interferência das potências ocidentais.

A dominação ideológica, econômica e cultural imposta pelos países ocidentais (em especial, pelos EUA) e endossada pelos veículos midiáticos, ajuda a criar a imagem de uma frente islâmica demoníaca e irreconciliável, fator determinante para a escolha dos povos árabes e islâmicos como inimigos nº1 do Ocidente.

Imbuídos no propósito de reafirmação da superioridade ocidental, artigos e teses acadêmicas assinadas por autores orientistas fornecem base teórica para que ações políticas invasivas e destrutivas sejam colocadas em prática em prol do bem-estar do Ocidente, como por exemplo, o artigo “Choque de Civilizações?”(1993), de Samuel P. Huntington, um cientista político americano, cujo trabalho sedimentou o estilo acadêmico ocidental baseado no alarmismo e na aversão ao “Outro”. Também será exposto o ensaio “A raiz da ira muçulmana” (1990), assinado por Bernard Lewis (um especialista britânico de família judaica que se dedicou a estudar o Islã, e se põe a explicar a ideia da síntese cultural islâmica, sua inferioridade em relação ao Ocidente e porque os islâmicos e os árabes se recusam a aceitar a hegemonia israelense).

O artigo “Choque de Civilizações?”(1993), de Samuel P. Huntington, professor do Instituto Olin para Estudos Estratégicos da Universidade de Harvard, foi publicado pela *Foreign Affairs* em 1993 e depois transformado em um livro homônimo em 1996. Esse artigo teve ampla repercussão no meio acadêmico americano e transformou seu autor em um “perito” a ser constantemente procurado pela mídia para esclarecer os “desafios futuros da política externa americana” e a “ameaça representada pelo Islã”.

Em seu artigo, Huntington (1993) afirma que, terminada a Guerra Fria, a política mundial entrou em uma nova fase, cuja principal fonte de conflitos não será mais ideológica, política ou econômica – será cultural e entre civilizações. O autor prega que os estados-nações continuarão a ser os principais atores da política global, mas os conflitos mais importantes ocorrerão entre nações e grupos pertencentes a civilizações diferentes. Resumindo, os choques entre civilizações seriam, então, as batalhas do futuro. Esse tipo de confronto corresponderia, então, à última fase da evolução dos conflitos no mundo moderno. A primeira fase foi a dos conflitos entre monarquias com o objetivo de expandir suas influências, exércitos, economias mercantilistas e, principalmente, seus territórios. A segunda fase, a partir da Revolução Francesa, a dos conflitos entre os estados-nações que perdurou até o fim da Primeira Guerra Mundial. A terceira fase corresponde ao conflito de origem ideológica, resultante da Revolução Russa e sua repercussão sobre o resto do mundo. Nessa trajetória, o conflito entre as nações deu lugar ao conflito de ideologias, entre comunismo, nazismo, fascismo, e democracia liberal. O conflito entre sociedades comunistas e capitalistas deu origem à Guerra Fria, protagonizada pelo confronto ideológico entre duas superpotências (Estados Unidos e ex-União Soviética), sendo que nenhuma das quais representava o modelo clássico de estado-nação europeu. As três fases citadas constituíram conflitos dentro da própria civilização ocidental. Com o término da Guerra Fria, o eixo da política internacional voltou-se para a interação entre as civilizações ocidentais e não-ocidentais, devido a importância política de se agrupar os países segundo sua cultura e civilização.

Entendendo civilização como uma entidade de ordem cultural que distingue os homens do resto dos animais, Huntington (1993) cita exemplos de civilizações que envolvem um grande número de pessoas, como a chinesa, civilizações compostas por um número reduzido de indivíduos, como o Caribe anglófono, ou civilizações subdivididas, como a ocidental (distribuída entre as variantes europeia, norte-americana e latino-americana) e o Islã (com as subdivisões árabe, turca e malaia).

O artigo defende, então, que os confrontos futuros acontecerão entre sete ou oito civilizações: a ocidental, a confuciana, a japonesa (que seria um exemplo de civilização solitária no mapa, já que não se identifica com as populações e as culturas vizinhas), a islâmica, a hindu, a eslava-ortodoxa, a latino-americana, e possivelmente, a africana (ele não tem certeza se os africanos são civilizados!!). Os motivos para os conflitos estarão presentes nas diferenças entre a história, a língua, a cultura, a tradição, e principalmente, a religião de cada uma dessas civilizações. Além disso, os processos de modernização econômica e mudança social refletidos pelo processo de globalização estariam separando as pessoas de suas identidades mais locais e enfraquecendo o estado como fonte de identidade. Esse espaço, segundo o autor, é preenchido pela religião na forma de movimentos fundamentalistas. Outra razão para os conflitos pode ser encontrada no desejo de retorno às origens pelas civilizações não-ocidentais no mesmo momento em que o Ocidente vive o apogeu de seu poder.

As diferenças na cultura e na religião constituem distinções imutáveis com relação aos assuntos políticos, já que você pode mudar de partido ou grupo político, mas não mudar a etnia. Nesse sentido, apelos à religião e à identidade civilizacional serão cada vez mais frequentes para mobilizar o apoio popular às decisões governamentais. O choque de civilizações, definido por Samuel, pode acontecer em dois níveis: em um nível micro, quando grupos adjacentes lutam pelo controle de territórios e de seus adversários, e em um nível macro, quando nações pertencentes a civilizações diferentes competem pelo poder militar e econômico, pelo domínio de instituições internacionais e promovem seus valores políticos e religiosos particulares.

O autor continua seu artigo dizendo que nos conflitos que envolvem membros de civilizações distintas é natural que os membros de uma mesma civilização se unam contra a rival. Esse tipo de relação substitui a ideologia política e o equilíbrio de poder como as principais bases para a cooperação e a formação de coalizões. Os confrontos também podem ocorrer entre membros de uma mesma civilização, porém de formas mais intensas do que os primeiros, até porque o fato de compartilharem da mesma civilização reduziria a probabilidade de violência.

Huntington (1993) toma emprestada de Kishore Mahbubani a expressão que define o que é o choque de civilizações: um conflito entre o “Ocidente e o resto”; já que o Ocidente seria o poder dominante nos níveis militar, econômico, político e cultural. Tal confronto

seria uma resposta das civilizações não-ocidentais à dominância e aos valores do Ocidente, já os valores se distinguem entre as civilizações. Conforme cita Huntington (1993):

[...] Conceitos ocidentais diferem fundamentalmente daqueles prevalentes em outras civilizações. Ideias como individualismo, constitucionalismo, direitos humanos, igualdade, liberdade, respeito às leis, democracia, liberalismo mercadológico e separação entre Igreja e Estado não encontram ressonância nas culturas islâmicas, confucianas, japonesas, hindus, budistas ou ortodoxas. Os esforços ocidentais para propagar esses ideais de liberdade provocam, ao invés disso, uma reação contra o “imperialismo dos direitos humanos”, além de apoio ao fundamentalismo religioso. (HUNTINGTON, 1993, p.9).

Tais respostas, segundo o autor, poderiam adquirir três categorias de enfrentamento: Na primeira, estão os países não-ocidentais que decidem seguir um caminho próprio, isolado e longe de qualquer participação em um mundo dominado pelo Ocidente. Na segunda, estão os países que se juntam ao Ocidente e adotam seus valores e instituições. Na terceira, são encontrados os países que tentam achar um equilíbrio entre o Ocidente, através do desenvolvimento econômico e do poder militar e as sociedades contrárias ao Ocidente, através da preservação de valores e instituições próprias dessas sociedades.

Nesse contexto, o orientalista também defende que as sociedades islâmicas, confucianas, hindus e budistas têm que enfrentar obstáculos maiores que as latino-americanas, europeias orientais e ortodoxas para se integrarem ao Ocidente, porque esses países simplesmente não querem ou não podem ligar-se ao Ocidente por razões culturais ou de poder. Desse modo, eles competem com os países ocidentais desenvolvendo sua economia e seus poderes políticos e militares através do desenvolvimento interno e da cooperação com outros países não-ocidentais. Para Huntington, a cooperação mais proeminente seria a confuciana-islâmica, já que esses países estariam ampliando sua capacidade militar de modo significativo através da importação de armamentos dos países ocidentais e de outros países não-ocidentais, e também do desenvolvimento de indústrias de armamentos em seus próprios territórios. Fica bastante claro nesse ponto que Huntington vê como principal objetivo do controle internacional de armas a prevenção do desenvolvimento das capacidades militares dos países não-ocidentais – uma grande ameaça aos interesses do Ocidente. Já os países não-ocidentais defendem com firmeza seu direito de adquirir e desenvolver os armamentos necessários para garantir sua segurança, incluindo armas nucleares, químicas e biológicas. Essa acumulação de armamentos, reafirma o autor, é vista pelos países não-ocidentais como um meio de equilibrar a desigual relação de poder com o

Ocidente. Huntington, finalmente, decide dar as instruções para o que deve ser a política externa do Ocidente nessa nova fase:

Em curto prazo é interesse claro do Ocidente promover maior cooperação e unidade em sua civilização, particularmente entre os componentes norte-americanos e europeus; incorporar ao Ocidente sociedades da Europa Oriental e da América Latina cujas culturas são próximas às do Ocidente; promover e manter relações de cooperação com a Rússia e o Japão, prevenir a escalada de conflitos entre civilizações locais para guerras entre civilizações maiores; imitar a força militar dos estados confuciano e islâmico; moderar a redução das capacidades contra-militares e manter sua superioridade militar nas partes sudoeste e oriental da Ásia; explorar as diferenças e os conflitos entre o estado confuciano e os islâmicos; apoiar grupos favoráveis aos interesses e valores ocidentais em outras civilizações; fortalecer as instituições internacionais que refletem e legitimam os interesses e valores ocidentais e promover o envolvimento de estados não-ocidentais nessas instituições. (HUNTINGTON, 1993, p. 14)

A longo prazo, as civilizações não-ocidentais continuarão tentando adquirir o que Huntington chama de “modernidade” – armas, tecnologia, máquinas, enfim, tudo o que compreender “ser moderno” – e conciliá-la com sua cultura e seus valores tradicionais. Sua força econômica e militar representará uma ameaça maior ao Ocidente, e este deverá acomodar essas civilizações com um poder parecido com o seu, mas com cultura e valores diferentes. Como uma receita de bolo, Huntington (1993) dá outras sugestões de como a política externa ocidental deve ser encaminhada:

Isso vai requerer do Ocidente a manutenção do poder militar e econômico necessários para proteger seus interesses em relação a essas civilizações. Também vai requerer do Ocidente o maior desenvolvimento de um conhecimento mais profundo sobre as bases religiosas e filosóficas de outras civilizações e como os povos dessas civilizações veem seus interesses. Vai precisar de um esforço para identificar elementos comuns entre a civilização ocidental e as outras civilizações. (HUNTINGTON, 1993, p.17)

Na verdade, o autor não demonstra nenhum tipo de espírito crítico em seu artigo. Simplesmente traça os caminhos que acredita serem os ideais para a política externa do Ocidente sem levar em conta possíveis consequências para o próprio Ocidente ou para as nações não-ocidentais envolvidas. Para ele, é interesse do Ocidente explorar as diferenças entre estado confuciano e os islâmicos e apoiar grupos favoráveis ao Ocidente em outras civilizações, não importando os danos que estas atitudes possam acarretar ao sistema político-econômico e à população de outros países. Ele também não parece se dar conta de que são essas mesmas ações que alimentam um sentimento anti-Ocidente, particularmente o

anti-americanismo, entre os povos não-ocidentais. Em suma, Huntington defende a aplicação de uma política externa imediatista, imperialista e violadora em detrimento da história e da identidade cultural dos povos não-ocidentais.

Como já citado, o acadêmico acredita que na fase de choque entre civilizações, a maior ameaça à hegemonia ocidental vem dos estados confuciano e islâmico. É exatamente quando se refere aos estados islâmicos que ele faz grande uso das generalizações, reduções e estereótipos que tanto agradam aos especialistas ocidentais. Para Huntington (1993) com a queda da cortina de ferro, a Europa passou a ter uma nova divisão: de um lado o Ocidente cristão, do outro, os ortodoxos e os muçulmanos. Os primeiros, que compartilharam dos acontecimentos históricos na Europa (Renascimento, Reforma Protestante, Iluminismo, Revolução Francesa, Revolução Industrial), estão prontos para o envolvimento maior na economia do continente e para a consolidação de sistemas políticos democráticos. Já os segundos, têm uma economia menos desenvolvida e menor probabilidade de desenvolver sistemas políticos democráticos.

O analista também ignora o fato de que os países ocidentais defendem a democracia dentro de suas fronteiras, mas costumam apoiar regimes autoritários em inúmeros países. Muitos regimes fechados no Oriente Médio são grandes aliados dos Estados Unidos, como a Arábia Saudita, o Catar e o Kuwait – países onde os americanos mantêm bases militares.

Huntington ainda acrescenta que as interações entre as civilizações dependem do quanto elas podem ser caracterizadas pela violência. Ele cita a Eurásia como uma região muito belicosa, com destaque para os muçulmanos que estão envolvidos em conflitos em Israel, na Índia, em Burma e nas Filipinas. Nas palavras do próprio: “O Islã tem fronteiras sangrentas.” (HUNTINGTON, 1993, p.7).

Aqui o autor relaciona o Islã à violência como se ela fosse algo intrínseco à religião. Ele não questiona nem investiga os motivos que desencadearam esses conflitos, os processos políticos e sociais em cada uma dessas sociedades ou mesmo o porquê do envolvimento de muçulmanos, concluindo que a violência é uma característica do Islã. Huntington personifica entidades como o Ocidente e o Islã esquecendo-se da complexidade histórica e cultural inerente a cada uma delas. No artigo “O Choque de Ignorâncias” (2001), Edward W. Said critica a ideologia reducionista, preconceituosa e descaracterizadora pregada por Huntington:

Huntington é um ideólogo – alguém que quer transformar “civilizações” e “identidades” em algo que elas não são, entidades estanques e fechadas, destituídas das múltiplas correntes e contracorrentes que animam a história humana e que, ao longo dos séculos,

tornaram possível que essa história não apenas contenha guerras de religião e conquista imperial, mas que também seja feita de intercâmbios, fertilizações cruzadas e partilhas. (SAID, 2001 p.7)

Após os atentados de 11 de setembro de 2001, inúmeros chefes de estado e a imprensa em geral utilizaram a tese de Huntington para salientar a “veracidade” do choque de civilizações, inflamando ainda mais paixões, patriotismo e a rivalidade entre “nós” e “eles”.

No artigo “A raízes da ira muçulmana” (1990), Bernard Lewis introduz seu texto utilizando uma frase presente nas cartas de Thomas Jefferson “Divididos nós resistimos. Unidos nós caímos” que preconiza a distinção entre Igreja e Estado na estrutura política norte-americana. A partir daí o autor explica que o desprestígio e a incapacidade política do Islã está diretamente relacionada à sua associação com a religião. Segundo o autor, os líderes islâmicos insistem em aplicar na política externa a noção da *Jihad*, na qual que é necessário converter os infiéis à religião de Maomé. Na visão clássica muçulmana, a qual muitos islâmicos estariam começando a retornar, o mundo e a humanidade estaria dividida em duas categorias: A Casa do Islã, onde a lei e a fé islâmica prevalece, e a Casa da Incredulidade ou Casa da Guerra, que é dever dos muçulmanos converter ao Islã, instaurando a obrigação da Guerra Santa contra os inimigos infiéis na luta contra o judaísmo e o cristianismo.

O autor defende que tem se reacendido uma revolta contra a supremacia ocidental e um desejo de afirmar os valores muçulmanos e restaurar sua grandeza, porque o muçulmano tem sofrido sucessivas fases de derrota. A primeira foi a sua perda de dominação do mundo, o poder de avançar à Rússia e ao Ocidente. O segundo foi o enfraquecimento de sua autoridade em países regidos pelo próprio Islã, através de uma invasão de ideias estrangeiras, leis e modos de vida estrangeiros. A terceira foi o desafio ao seu domínio na própria Casa do Islã, de mulheres emancipadas e filhos rebeldes influenciados, sobretudo, pelo seu inimigo milenar, o Ocidente.

Lewis (1990) salienta que após a Segunda Guerra Mundial, a indústria do petróleo arrastou com força os valores norte-americanos para o mundo árabo-islâmico, de forma que o *american way of life*, foi introduzido pelo cinema e televisão, ao mesmo tempo em que as prateleiras dos mercados foram sendo inundadas por produtos norte-americanos, que já não sofriam mais com a concorrência europeia ou japonesa. Segundo o acadêmico, tal inoculação de valores teria criado novos sabores e ambições nos povos islâmicos. Para alguns, a América significava a liberdade, a riqueza e a oportunidade, levando inúmeros

imigrantes para os Estados Unidos. E então veio a grande mudança, quando os líderes de uma ampliação e revitalização religiosa (remetendo-se diretamente à Revolução Iraniana) passaram a identificar todos os inimigos como inimigos de Deus. Assim, “de repente”, a América tornou-se o arqui-rival, a encarnação do mal e o adversário diabólico de todos os muçulmanos. Lewis (1990) relativiza a questão da interferência europeia nos países do Oriente Médio e parece não compreender a origem das hostilidades:

Quando as políticas colonizadoras são abandonadas e os problemas resolvidos, resta apenas um alívio temporário e local. Os franceses deixaram a Argélia, os ingleses saíram do Egito, as empresas ocidentais petrolíferas deixaram seus poços de petróleo, a ocidentalização Shah deixou o Irã – mas o ressentimento generalizado dos fundamentalistas e outros extremistas contra o Ocidente e seus amigos continua crescendo e não consegue ser aplacado. (LEWIS, 1990, p.39.)

Além de ressaltar que a causa mais freqüente do sentimento anti-americano para os muçulmanos é o apoio político e militar dos Estados Unidos ao Estado de Israel, Lewis também analisa que o racismo e o imperialismo sejam a queixa principal em relação ao Estados Unidos, minimizando seus efeitos sobre os dominados, como se a institucionalização da hegemonia Ocidental apenas seguisse o curso natural da história:

Nós do Ocidente, somos acusados de sexismo, racismo e imperialismo, institucionalizados no patriarcalismo, na escravidão, na tirania e na exploração. Para essas acusações, não temos outra opção a não ser nos declarar culpados – não como americanos ou Ocidentais, mas simplesmente como seres humanos [...] Na prática do imperialismo, o Ocidente estava simplesmente seguindo a prática comum da humanidade através dos milênios registrados. O que nos diferencia de outras civilizações, é que nós reconhecemos, classificamos e tentamos – algumas vezes sem sucesso – remediar algumas doenças históricas. E isto é uma questão de congratulação e não de condenação. (LEWIS, 1990, p. 52)

O autor também acrescenta que o ódio islâmico ao imperialista se dirige somente ao imperialismo praticado pelas potências ocidentais capitalistas e não ao imperialismo de ordem socialista, já que as interferências praticadas pelos países da ex-União Soviética teriam sido isentas de críticas e ataques. As grandes mudanças intelectuais, políticas, sociais e econômicas do Islã têm como alvo principal o consumismo e o secularismo apregoados pelo Ocidente.

A aversão pelo Ocidente também estaria diretamente associada à inveja do Islã pelo progresso dos Estados Unidos e da Europa. Lewis garante que surgiu um desejo crescente de imitar e adotar as realizações do Ocidente, a partir do reconhecimento da fraqueza, atraso e

da pobreza do mundo islâmico em relação às potências ocidentais. A disparidade teria se tornado aparente não só na área militar, mas também na ciência, na tecnologia, nas indústrias, na literatura e nas formas de governo. A hostilidade partiria do sentimento de humilhação – uma consciência crescente de terem sido ultrapassados, dominados e oprimidos.

Lewis (1990) continua seu artigo afirmando que a luta dos fundamentalistas é contra o secularismo judeu, cristão e ocidental, e a modernidade, cuja aversão, está ligada aos processos de mudanças que ocorrem nos países muçulmanos nos últimos tempos. O fundamentalismo islâmico agiria no argumento de que a modernidade tem trabalhado contra as instituições religiosas defendidas por Maomé, e desvalorizando as crenças e valores muçulmanos. O autor destaca, ainda, que há algo na cultura islâmica, uma espécie de dignidade e orgulho, que em momentos de agitação podem dar lugar a uma mistura explosiva de ódio e raiva, capaz de levar o governo de um país civilizado – até mesmo portavoz de uma religião ética e espiritual – a defender o sequestro e o assassinato, tentando encontrar na vida do Profeta, aprovação e justificativa para atos de barbárie.

Na sequência, Lewis argumenta que o instinto das massas islâmicas atribui ao Ocidente a interrupção de seu antigo modo de vida para o impacto da dominação ocidental. E desde que os Estados Unidos, legítimo herdeiro da civilização europeia e líder incontestado do Ocidente, herdaram as queixas e o ressentimento islâmico, tornaram-se o principal alvo de ódio e hostilidade por parte do Islã. O autor acaba corroborando a tese do “Choque de civilizações?” proposta por Huntington, afirmando que a ira e os conflitos islâmicos são originários da histórica reação de um antigo rival contra a herança judaico-cristã. Cabendo então aos Estados Unidos lutar contra ações extremistas, e ao mesmo tempo, ajudar a implantar a liberdade e o secularismo nos países que desejam participar do progresso Ocidental. Afinal, caberia ao Ocidente a missão de defender a paz, a liberdade e a “harmonia” do mundo. O autor encerra o ensaio citando uma frase do ex-presidente americano John Tyler, que defende a atuação dos Estados Unidos na manutenção de uma separação entre Igreja e Estado:

Os Estados Unidos se aventuraram sobre uma nobre e grande experiência: a de separação total entre Igreja e Estado. A consciência é livre para todos, e a adoração ao Criador é permitida a todos segundo seus próprios julgamentos. Se os maometanos vierem até nós, terão o direito de culto ao Corão segundo garante nossa Constituição. Os indianos poderão erguer um santuário para Brahma, se assim o quiserem. Este é o espírito de tolerância inculcado em nossas instituições políticas. Os hebraicos perseguidos e oprimidos encontrarão sua morada entre nós e não haverá medo, pois a

égide do Governo estará sobre eles para defendê-los e protegê-los. Essa é a grande experiência que temos tentado, e tais são os frutos felizes que resultaram disso, que o nosso sistema de governo livre seria imperfeito sem ela. (LEWIS, 1990, p.59).

É na obra de intelectuais de autores como Samuel P. Huntington e Bernard Lewis que os governos ocidentais, particularmente o dos Estados Unidos, se baseiam e encontram legitimidade para construir uma política externa agressiva, imediatista e intrusiva, que leva em consideração apenas os interesses dos países ocidentais. Os discursos generalistas de Huntington e Lewis são também amplamente aplicados pela mídia ocidental para prover explicações satisfatórias sobre o mundo islâmico durante os momentos de crise. Explicações essas que deixam os consumidores de notícias cada vez mais distantes e alienados da realidade plural e dinâmica não só do Islã, mas também do próprio Oriente.

3.5. Globalização e hegemonia Ocidental: Universalização dos discursos ocidentais e a negação da diferença do outro

O mundo islâmico foi introduzido pelo sistema de mercado ocidental em uma relação muito pouco vantajosa para os países da região. Enquanto os Estados Unidos consome petróleo e mão-de-obra barata, esses países importam uma imensa variedade de produtos e recebem a influência da cultura americana (enquanto os americanos pouco sabem sobre as diversas culturas do mundo islâmico, e provavelmente de nenhuma outra cultura que não seja a sua própria).

Um grande número de estudantes árabes viaja aos Estados Unidos e à Europa para estudar nos centros de estudos orientais de universidades como Oxford e Harvard. Depois, voltam aos seus países de origem e replicam tudo o que aprenderam nas instituições orientalistas. É claro que isso não é apenas culpa do Ocidente. Faltam no mundo árabo-islâmico periódicos sobre os estudos árabes e centros de estudo sobre as culturas da região. Mas é inegável a padronização cultural que o imperialismo americano impõe, não só na região arabo-islâmica, mas em todo o planeta.

A ideia de globalização – propagandeada como um processo de aprofundamento da integração social, cultural, política e econômica, algo que unirá todos os povos e que fará chegar a cada um deles um pouco do outro – é mais uma etapa desse exercício de padronização cultural e de dominação do resto do mundo pelos grandes impérios (nesse momento, o império norte-americano). Pois assim como o imperialismo, a globalização tem a clara proposta de unificar o mundo.

Isso acontece porque quando se fala em globalização, na verdade, se fala na universalização dos valores ocidentais, pois a hegemonia política e econômica Ocidental tem o objetivo de impor seu modelo e tem absoluta certeza de que este é o melhor a ser seguido pelo resto do mundo. A globalização contribui para fazer da cultura ocidental a referência absoluta para todas as sociedades e culturas do mundo, até porque a própria globalização é uma invenção global.

O fato é que a globalização é também enxergada como um potencializador de contatos, facilitando a homogeneização das culturas através das novas tecnologias de comunicação. Na prática, isso se manifesta quando princípios morais ou ideológicos ocidentais são impostos a culturas não-ocidentais, muitas vezes impostos pela força. É o caso de ideais de democracia e liberdade, encarnados como dogma e verdade absoluta pelos

líderes ocidentais e pregadas com o mesmo fundamentalismo de que são acusados os grupos extremistas islâmicos.

No caso do mundo islâmico, a globalização, como propagadora dos valores ocidentais, ajuda a disseminar as ideias orientalistas por todo o mundo. Assim, como no passado, toda a carga racista, etnocêntrica e imperialista do orientalismo oferece a justificativa para a presença do Ocidente no Oriente – uma presença que, em alguns casos ainda é física (como as bases americanas na Arábia Saudita, no Kuwait, no Catar, e as ocupações do exército americano no Iraque e no Afeganistão), mas que na maior parte das vezes passa despercebida, como se ausente; uma presença cultural, ideológica e econômica.

Esse processo de ocidentalização do mundo desencadeado pela globalização é também um meio encontrado pelo Ocidente para negar a ameaçadora diferença do “outro”. O Islã, que sempre foi visto como uma ameaça, é um alvo em potencial dessa ocidentalização. Ele não pode existir se não estiver dentro da visão ocidental do mundo, portanto, é preciso trazê-lo para o seu lugar correto nas fileiras ocidentais, ou simplesmente eliminá-lo. Como George W. Bush, ex-presidente dos Estados Unidos, disse sobre a necessidade de todos os países deixarem claro de que lado estavam após os atentados terroristas de 11 de setembro em Nova York e Washington: “Ou estão conosco ou estão contra nós”.

Nesse sentido, o orientalismo se ajusta perfeitamente ao discurso da globalização e dos interesses imperialistas mascarados nesse processo. Ele deixa claro que o mundo islâmico é uma região atrasada, primitiva e que precisa da modernização ocidental. A globalização é a portadora dessa modernização e, portanto, os países precisam embarcar nesse processo. Conforme Edward W. Said citou no livro “Cultura e Imperialismo”:

As comunicações eletrônicas, o alcance mundial do comércio, da disponibilidade de recursos, das viagens, das informações em tempo real sobre os padrões climáticos e mudanças econômicas unificaram até mesmo os locais mais remotos do mundo. Esse conjunto de padrões foi, a meu ver, possibilitado e inaugurado pelos impérios modernos. (SAID, 1995, p.83).

Desse modo, cria-se uma nova divisão que distingue as sociedades em desenvolvidas e não-desenvolvidas, avançadas e retrógradas. O sistema midiático ocidental - representado pelos grandes conglomerados internacionais, em sua maioria – tem feito o mesmo que pretendiam realizar as nações ideológicas de coletividade. Os meios de comunicação possuem uma

tendência institucionalizada de gerar imagens transnacionais desproporcionais que têm o poder de orientar o discurso e o processo social internacional.

Sobre a globalização e a difícil relação do Ocidente com a diferença, Mohammed el Hajji escreveu:

[...] a globalização, enquanto processo hegemônico ocidental, achata tanto os espaços outros como os tempos alheios. Simplesmente não existe ou não vale a pena existir; tanto o não-branco europeu como o irracional, o arcaico, o primitivo, as “superstições” etc. Tudo que não é iluminado pelo ponto de vista ocidental, moderno e racional não passa de uma massa amorfa, sem estrutura clara, nem caráter definido; o que também significa que a razão não reside nas coisas, mas na autoridade do olhar. Fora do ponto de vista racional, moderno e ocidental (sendo os três conceitos ao mesmo tempo indissociáveis e intersubstituíveis), não há possibilidade de ver o mundo. Fora do quadro conceitual decorrente desse momento / lugar civilizacional não há mundo inteligível. O ‘modus operandi’ mudou, mas a questão de fundo continua a mesma: a relação do Ocidente com a alteridade e a diferença. (2001, p.18).

O discurso orientalista ajudou a criar a imagem da mente islâmica irreconciliável e a justificar a presença ocidental na região e a escolha dos povos islâmicos como os adversários do Ocidente. A dominação ocidental que através do orientalismo impôs ao Oriente os valores que não são verdadeiramente orientais acabou fazendo com que esses povos procurassem restabelecer suas identidades através de tentativas de retorno à sua cultura. Esse retorno terminou por produzir, entre outras manifestações, variedades de fundamentalismo nacionalista – que também têm sua parcela de responsabilidade pela imagem negativa do muçulmano, especialmente o árabe.

Os veículos de comunicação ajudaram a naturalizar o discurso orientalista, propagando uma visão preconceituosa do Oriente Médio e reforçando a ideia de superioridade ocidental e da inferioridade oriental, de modo a estabelecer um ambiente propício à dominação política, econômica e cultura do Oriente pelo Ocidente.

Segundo a própria delimitação do termo ‘orientalismo’, demonstra-se uma necessidade ocidental de narrar o outro para criar a si mesmo. Não existe o campo ‘ocidentalismo’. E não existe porque o Ocidente não quer olhar para si mesmo, ele precisa olhar para o “outro” para afirmar a si próprio. O oriente tornou-se então, um espelho no qual o Ocidente vê refletido o seu oposto e, conseqüentemente, a si mesmo.

4. A COBERTURA DO ISLÃ NA MÍDIA OCIDENTAL

A palavra Islã significa “submissão absoluta do ser diante de Deus” e também pressupõe um conjunto de concepções culturais e normas de conduta. Não se pode falar na existência de um único Islã, tampouco existe o Islã árabe, mas sim inúmeros Islãs. Embora todos se baseiem no Corão e tenham práticas em comum, os países islâmicos compõem um quadro muito diversificado em termos políticos, sociais e econômicos, o que influi diretamente sobre as características da religião, que tem mais de um bilhão de adeptos em todo o mundo, e que vem crescendo exponencialmente nos Estados Unidos.

Neste capítulo trataremos a maneira como é feita a cobertura do mundo islâmico pela mídia do Ocidente. Para isso, é conveniente lembrarmos de alguns tópicos previamente mencionados nesse trabalho. No Ocidente, há um processo de “apagamento” da identidade de culturas redutivamente classificadas como orientais. Isto se deve em grande parte, à narrativização simplificadora do Oriente na mídia, que dentro de uma lógica de domínio cultural mascarada pela objetividade jornalística, acaba escondendo as complexidades em benefício de um discurso dualista.

É perceptível que as coberturas jornalísticas não oferecem um acompanhamento constante do mundo islâmico, assim o Islã costuma surgir na pauta repentinamente, por conta de algum grande acontecimento, como a Intifada palestina, as Guerras do Golfo e os atentados de 11 de setembro. De fato, o mundo islâmico só é noticiado em épocas de crise, e como não existe um acompanhamento sistemático dos acontecimentos nessas sociedades, as crises parecem surgir de repente, como se não houvesse qualquer motivo para que elas acontecessem.

Em meio à crise, o consumidor de notícias busca por respostas para eventos, que, como já citado, parecem ter acontecido de supetão. Surge então uma necessidade urgente de respostas, de “compreender”, de retratar e até mesmo de recriar as sociedades islâmicas, a partir de um ponto de vista etnocentricamente ocidental. Para formular essas respostas, a mídia contacta os especialistas orientalistas, que apesar de venderem a ideia de serem profundos conhecedores do Oriente Médio e do mundo islâmico, na maioria das vezes possuem explicações superficiais, carregadas de xenofobia, reduções e generalizações. Esses mesmos peritos que são chamados à mídia para dar explicações em momentos de crise, como Samuel P. Huntington, por exemplo, são os autores de teses que servem de orientação

acadêmica para a política externa dos Estados Unidos. Os trabalhos desses orientalistas também são lidos por jornalistas responsáveis pela cobertura das crises. Não é à toa que o artigo “Choque de Civilizações?”(1993), de Huntington, teve grande repercussão após os ataques ao World Trade Center, pois ele parecia fornecer aos jornalistas as respostas convenientes para as perguntas formuladas pela sociedade naquele momento.

Não custa lembrar o fato de que alguns países islâmicos respondem por boa parte da produção mundial de petróleo, desse modo, uma crise nessa região é sempre encarada pelo Ocidente como uma ameaça aos “nossos” interesses. E sempre que os interesses ocidentais estão ameaçados, a cobertura torna-se tendenciosa e sensacionalista, a fim de despertar as emoções dos consumidores de notícias em favor da causa ocidental.

O modo como o mundo islâmico é estereotipado pela mídia leva ao julgamento e à condenação dos muçulmanos sem que seja necessária a apresentação de argumentos consistentes. Um exemplo disso é o uso do conceito de fundamentalismo como sinônimo do Islã. Ainda que existam movimentos fundamentalistas nas outras religiões monoteístas, a mídia associa essa palavra quase que exclusivamente aos muçulmanos, não havendo uma definição do que seja o fundamentalismo ou a definição de conceitos como radicalismo ou extremismo, tampouco uma contextualização do fundamentalismo no mundo islâmico. Em resumo, para a sociedade ocidental, Islã e fundamentalismo são essencialmente a mesma coisa.

Segundo o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001), o significado de fundamentalismo é “qualquer corrente, movimento ou atitude, de cunho conservador e integrista, que enfatiza a obediência rigorosa e literal a um conjunto de princípios básicos”. O mesmo dicionário define extremismo como “uma forma de pensamento político que preconiza soluções extremas (radicais, revolucionárias) para os problemas sociais”. E radicalismo é “um sistema político que pretende a transformação imediata e completa da organização social”.

Sendo assim, nenhuma dessas definições serve para caracterizar os muçulmanos ou adeptos de qualquer outra religião. É bem verdade que existem movimentos fundamentalistas nas três grandes religiões monoteístas, mas eles não podem ser utilizados para classificar os seguidores de qualquer uma delas. Caso os jornalistas fizessem uma busca pelo significado dessas expressões tão empregadas como referência ao mundo islâmico, descobririam que o fundamentalismo é uma parte pequena, não só do islamismo, mas também do cristianismo e do judaísmo.

A tendência de reduzir o Islã às inúmeras regras, estereótipos e generalizações em relação à fé muçulmana, e o constante reforço dos aspectos negativos automaticamente associados ao islamismo – violência, primitivismo, atavismo, ameaça em potencial – só serve para perpetuar ideias equivocadas sobre as sociedades islâmicas.

O mundo islâmico, como retratado pela mídia, tem ódio e ressentimento em relação ao Ocidente, e a violência é uma de suas principais características. Essas representações propagam conclusões simplistas sobre as sociedades islâmicas, como se estas fossem bárbaras, agressivas, resistentes à modernidade, ancoradas por valores ultrapassados e guiadas por uma ideologia fanática e radical, que transformam os muçulmanos em sombras sociais.

O irracionalismo está presente não só nas reportagens e nos textos jornalísticos, mas também nas fotografias e vídeos que ilustram as matérias sobre o Oriente islâmico. Não são retratados indivíduos, mas sempre multidões carregando corpos e gritando palavras de ordem e de vingança, mães chorando ou rezando. A associação entre o mundo árabe e a religião islâmica é tão forte na mídia que qualquer matéria sobre a religião tem, obrigatoriamente, a foto de uma mesquita ou o depoimento de alguma pessoa vitimada ou envolvida em algum ato terrorista.

No repertório cinematográfico, os árabes e muçulmanos também sempre foram associados a uma série de figuras imutáveis ao longo dos anos: o poderoso sheik dono de haréns, a odalisca sedutora com apetite sexual voraz, criaturas mágicas saídas de um conto das “Mil e uma Noites”, comerciante de tapetes ou especiarias trapaceiro e avarento, beduíno habitante do deserto com seus camelos, a mulher muçulmana submissa e oprimida, e agora, principalmente após o episódio de 11 de setembro, são sempre vinculados ao terrorismo, ao fundamentalismo e à violência contra o Ocidente. Enfim, uma extensa sequência de estereótipos que, mais uma vez, só servem para reafirmar a ignorância ocidental sobre o mundo árabe-islâmico, e o poder reducionista, estigmatizante e generalista dos meios de comunicação de massa.

Esse tipo de visão errônea ajuda a inflamar o extremismo muçulmano dentro das fronteiras do mundo islâmico contra a sociedade ocidental. O que boa parte da mídia e dos *experts* orientalistas pensam se tratar de uma aversão à modernidade, ou nas palavras de Bernard Lewis, citado por Edward W. Said em “Covering Islam”: “a talvez irracional, mas com certeza histórica reação de um antigo rival contra nossa herança judaico-cristã” (1981,

p.33) pode ser também visto como uma resposta às representações do mundo islâmico no Ocidente.

Não se pode negar, no entanto, que houve um ressurgimento emocional nas sociedades islâmicas, nem que tenham acontecidos atos terroristas contra alvos ocidentais. Mas essas atitudes não refletem o comportamento e a opinião geral das populações muçulmanas em relação ao Ocidente. Também não podemos ignorar a parcela de responsabilidade do Ocidente, fruto dos anos de domínio sócio-cultural e do apoio a líderes corruptos de países islâmicos que encorajam o terrorismo, a tortura, atos de barbárie contra mulheres e censura à liberdade de imprensa e expressão popular. No caso da criação do Estado de Israel em território palestino, por exemplo, o interesse de 4 milhões de israelenses subjuga completamente o interesse de 200 milhões de muçulmanos. Esse fato é que na prática, gera um sentimento de irritação e consternação contra os Estados Unidos e Israel. Mas a mídia vende a ideia de que o ressentimento existe porque os palestinos odeiam os aspectos de modernidade, liberdade e democracia associados ao Ocidente. Bem verdade, que assim como muitos palestinos foram mortos, inúmeros civis israelenses sofreram ataques de extremistas muçulmanos em nome do Islã, mas a imprensa noticia isso como se as agressões fossem inerentes ao islamismo, simplesmente porque é dessa forma que o Islã funciona. Ou seja, os muçulmanos atacam porque foram programados historicamente e geneticamente para isso, não havendo nenhuma justificativa política ou social para tal reação. Assim, as circunstâncias locais e concretas dos acontecimentos são completamente esquecidas e ignoradas, pois fazer a cobertura do Islã é uma estrada de mão única que esconde o que “nós” fazemos e destaca o que a natureza imperfeita dos árabes e muçulmanos está propensa a praticar. Despida de qualquer contexto histórico ou existencial, a visão deturpada do Islã como uma religião agressiva e irracional que compele pessoas a cometer atos de violência contra alvos israelenses ou ocidentais dificulta cada vez que os consumidores de notícia enxerguem e compreendam o islamismo em contexto mais humano e profundo.

Rivalidade, hostilidade, sensacionalismo e xenofobia são características marcantes na cobertura midiática do mundo islâmico. Como já dito, o resultado dessa técnica discursiva é a exaltação das emoções dos consumidores de notícias a favor do Ocidente e contra as sociedades islâmicas. A própria cobertura é feita de modo emocional e pressupõe que o Oriente islâmico seja uma entidade cristalizada e imutável, representando sempre uma ameaça ao Ocidente:

[...] O que me preocupa é o uso do rótulo “Islã” para explicar ou indiscriminadamente condenar o islamismo, tornando-se uma forma de ataque que provoca mais hostilidade entre o mundo muçulmano e os porta-vozes ocidentais. Na verdade, o Islã define uma proporção relativamente pequena do que realmente transcorre no mundo islâmico, que engloba mais de um bilhão de pessoas, dezenas de países, de sociedades, tradições, línguas e experiências. (SAID, 1981, p.16).

Tanto os especialistas quanto os jornalistas trabalham com a ideia da objetividade como a melhor maneira de tratar os fatos. Em busca dessa objetividade, o que se consegue é mais uma vez, a oposição “Nós” X “Eles”, já que por falta de tempo ou de empenho não pesquisam nem se aprofundam sobre o mundo islâmico. O máximo que se consegue é a releitura de obras orientalistas que repetem os mesmos clichês e não decifram nada do que realmente se passa no Islã contemporâneo. Ou seja, o que os muçulmanos têm a dizer sobre a sociedade em que vivem, sobre sua religião, sobre sua visão em relação ao Ocidente é solenemente ignorado. Esses mesmos autores orientalistas, que fornecem a literatura básica para os jornalistas que vão cobrir o mundo islâmico, não admitem que o que dizem é colocado em um contexto político. Tampouco admitem que suas obras influenciam a visão não só de jornalistas, mas também dos responsáveis pela política externa dos países ocidentais.

A substituição definitiva do império britânico pelo americano no centro do mundo pós-Segunda Guerra Mundial trouxe uma revolução considerável nas técnicas disponíveis para a imprensa em geral e para o jornalismo eletrônico, já que com o advento da internet e de novas ferramentas tecnológicas, as coberturas acontecem praticamente em tempo real. Entretanto, essa cobertura tão próxima e intensa continua representando caricaturas do mundo islâmico para que possa parecer oposto a tudo aquilo que consideramos “bom”, e como consequência, vulnerável à agressão militar.

A mídia ocidental utiliza de sensacionalismo e espetacularização da notícia para persuadir e mobilizar paixões nos consumidores de informações, para isso, o formato de representação do mundo islâmico é sempre monolítica, conspiratória e capaz de incitar o público contra o novo “demônio” estrangeiro. Para Douglas Kellner (2002), na obra “Media Culture and the Triumph of the Spetacle”, o espetáculo é uma ferramenta de pacificação e despolíticação que entorpece os sujeitos sociais, distraíndo-os das tarefas mais importantes da vida real, que compreendem raciocínio, reflexão e pensamento crítico.

Uma das primeiras vezes que o Islã recebeu grande atenção da mídia, por conta da alta dos preços do petróleo na década de 70, foi logo associado com coisas prejudiciais ao desenvolvimento ocidental: a dependência americana do petróleo importado, a apreensão de

que a alta dos preços fosse um sinal de intransigência do Oriente Médio islâmico (dos quais muitos países possuem as maiores reservas petrolíferas do mundo) e de que os americanos poderiam ser privados a qualquer momento do petróleo que representava a força motriz da modernidade e do desenvolvimento norte-americano. Assim, repentinamente, países e governantes do mundo islâmico deixaram de serem figuras desconhecidas e tornaram-se notícia em todo o mundo. Porém, sem o acompanhamento dos processos internos das sociedades islâmicas, ninguém conseguiu explicar esse fenômeno que trazia novos personagens para as primeiras páginas dos jornais. O que aconteceu foi uma acomodação do Islã no cenário mundial sem que o próprio fosse levado em consideração, passando a denotar uma entidade simples que inspirava muito cuidado por parte do Ocidente.

Junto a esse imediatismo existe uma tendência de tratar o mundo islâmico como algo que não possui história própria ou, quando uma história lhe é concedida, ela parece irrelevante e se repetirá através do uso de estereótipos, generalizações e clichês: violência, fanatismo, despotismo. Não é demais dizer que a história concedida ao mundo islâmico é, como definido por Edward W. Said (2001) como o “Ocidente versus o resto do mundo”.

Esse paradigma tem como consequências o fornecimento de um retrato específico e uniforme do Islã e a manutenção da visão estereotipada e superficial a respeito desse universo. Na verdade, o mundo islâmico é ao mesmo tempo um fato objetivo e subjetivo, já que o modo como ele é representado pela mídia ou pelos próprios muçulmanos são atos de interpretação que têm seu lugar na história. Como explica Edward W. Said:

Estamos lidando com comunidades de interpretação. Muitas preparadas para irem à guerra contra as outras, todas criando e revelando a si mesmas e a suas interpretações como aspectos centrais de sua existência. Ninguém vive em contato direto com a verdade nem com a realidade. Cada um de nós vive em um mundo feito por seres humanos, no qual coisas como ‘a nação’ ou a ‘cristandade’ ou o ‘Islã’ são o resultado de convenções, processos históricos e, acima de tudo, trabalho humano para dar a essas coisas uma identidade que possamos reconhecer. Não que a verdade ou a realidade não existam. Elas existem quando vemos as árvores e as casas em nossa vizinhança, ou quebramos um osso, ou sentimos a angústia pela morte de um ente querido. Mas, tendemos a minimizar o quanto dependemos, para nosso senso de realidade, das interpretações e significados que formamos individualmente para nós mesmos e também dos que recebemos. Essas interpretações recebidas são parte da vida em sociedade. (1981, p. 45 e 46).

Na sociedade contemporânea, o mundo islâmico é retratado através dos diversos meios de comunicação de massa, que englobam televisão, rádio, jornal, internet, revistas e filmes. Essa concentração midiática fornece aos consumidores de notícias um conjunto de

interpretações que contém um retrato prévio do Islã e reflete interesses poderosos servidos pela mídia. É ingênua a visão de objetividade, factualidade e imparcialidade vendida pelos meios, já que há propaganda e ideologia impregnadas na estrutura comercial, política e econômica desses veículos.

Em épocas de crise, momento que o mundo islâmico está sempre sob os holofotes, a independência da imprensa pode subordinar-se à lealdade e ao patriotismo e, assim, tornar-se parte da política externa ocidental. Tal relação de convivência pôde ser percebida em grande escala na imprensa mundial após os atentados ao World Trade Center, quando a mídia conclamou o Ocidente à luta contra o terrorismo, e no caso específico dos Estados Unidos, despertou um sentimento de patriotismo, histeria coletiva e união contra o inimigo externo.

Levando-se em conta o comprometimento das grandes corporações que controlam os principais veículos de comunicação no Ocidente, principalmente nos Estados Unidos, a grande mídia acaba deixando de lado a análise profunda da complexidade da sociedade islâmica para fornecer insistência e resposta rápida aos incidentes. Em uma situação extrema, como o 11 de setembro de 2001, as grandes corporações não poderiam deixar seus interesses econômicos de lado e estampar uma primeira página com uma crítica negativa à política externa americana, mas sim deveriam mostrar apoio, mexer com as emoções do público e fornecer evidências da necessidade e da importância dos americanos enquanto política do mundo. Enfim, prepararam o terreno para uma possível intervenção militar ocidental no mundo islâmico.

No que diz respeito a períodos de crise como os citados acima, a mídia seguramente não se vê desempenhando um papel verdadeiramente informativo ou independente. Uma cobertura minimamente consciente do mundo islâmico, ou de qualquer outra sociedade, deve levar em conta todo o processo pelo qual ela passa, jamais usando o coletivo ou o geral para explicar o individual, devendo organizar uma síntese das análises da política, da sociedade e da história em toda a sua complexidade, sem recorrer a generalizações, reduções e banalizações.

No contexto contemporâneo das relações entre o Ocidente, particularmente os Estados Unidos e o Islã, após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, pode parecer inútil discutir o conhecimento de uma cultura por membros de outra, já que a maioria dos acadêmicos, dos jornalistas e dos estudantes ocidentais nunca questionou a possibilidade de possuir um conhecimento equivocado acerca do mundo islâmico. Não nos parece possível

dissociar a interpretação de uma cultura alheia às circunstâncias anteriores ao estudo que fizeram essa cultura disponível para interpretação sob o viés ocidental. No caso da Europa e dos Estados Unidos em relação ao mundo islâmico, e a todo o terceiro mundo, essas circunstâncias foram comerciais, colonialistas e conquistadoras.

A interpretação depende do intérprete, a quem ele se dirige, qual o seu objetivo ao executar a interpretação e a qual momento histórico ele pertence. Sendo assim, todas as interpretações são ocasionais e não podem existir sem precedentes ou sem conexão com outras interpretações, estando sujeitas a diversas circunstâncias que acompanham o processo de absorção e compreensão de conteúdo. Todo conhecimento é interpretação, e como tal, precisa estar consciente de seus métodos e objetivos para se concretizar. Cabe então ao estudante, ao jornalista ou ao especialista a decisão de colocar seus intelectos a serviço do poder dominante ou da comunidade e do diálogo.

O próprio mundo islâmico, como todo o Terceiro Mundo, tornou-se um consumidor das notícias produzidas por um pequeno número de agências internacionais, e aprende sobre si mesmo através da informação vinda do Ocidente. Quando recebem as notícias sobre suas sociedades, os islâmicos absorvem, invariavelmente, uma interpretação ortodoxa preconceituosa. Como suas interpretações são diferentes, eles têm necessidade de preparar uma resposta, que ficou conhecida no Ocidente como o 'retorno ao Islã'. Esse retorno não é menos político, nem deve ser menos analisado em termos de processos e estratégias de interpretação. Os estados islâmicos recorreram à religião, à tradição e ao nacionalismo para criar uma aparência de unidade àquilo que é plural na tentativa de responder ao que percebem como uma ameaça externa.

O Ocidente parece unificado contra o Islã, mas ao mesmo tempo, este também se mostra unificado contra o Ocidente. Este conflito pode começar a ser desfeito se, como diz Edward W. Said, o mundo todo se der uma nova chance de diálogo:

Para desfazer os mitos e os estereótipos do orientalismo, o mundo como um todo precisa se dar uma nova oportunidade, pela mídia e pelos próprios muçulmanos, de ver muçulmanos e orientais produzindo, e mais importante, difundindo uma forma diferente de história, um novo tipo de sociologia, uma nova preocupação cultural: os muçulmanos precisam enfatizar o objetivo de viver uma nova forma de história, investigando o que Marshall Hodgson chamou de mundo islamizado e suas diferentes sociedades com propósitos sérios e urgência, e também comunicando os resultados fora do mundo muçulmano. (1981, p.67).

4.1. A polêmica das charges de Maomé

Conforme já comentado nesse trabalho, a relação entre o Islã e o Ocidente sempre foi turbulenta, com origens históricas que remontam às Cruzadas e às Investidas dos Muçulmanos contra os europeus no século VII, passando pela criação do Estado de Israel e Revolução iraniana do final da década de 70. Os ataques terroristas ao World Trade Center e ao Pentágono em 11 de setembro de 2001 agravaram ainda mais o preconceito e a desconfiança que os Estados Unidos e o restante da sociedade ocidental nutriam pelo mundo muçulmano. Os meios de comunicação ocidentais, especialmente os norte-americanos, posicionaram-se a favor das medidas belicosas de “guerra ao terror” defendidas por George W. Bush após os atentados. Medidas estas, que resultaram na invasão do Iraque e do Afeganistão, na morte de milhares de civis, de militares norte-americanos, além de gerar um profundo déficit econômico nos Estados Unidos. Tudo isso em nome de uma retaliação contra o “império do terrorismo” controlado pelos muçulmanos. A postura pró-guerra da mídia norte-americana é típica dos grandes conglomerados de comunicação, e das classes intelectuais orientalistas, que alinham-se ao poder num momento de crise e tentam mobilizar a população para esta causa. Dessa forma, os veículos midiáticos reforçaram os estereótipos do Islã, apresentando o muçulmano como um fanático violento. De certa maneira, é como se o islamismo tivesse ocupado a lacuna deixada pelo comunismo como o antagonista dos valores ocidentais. O Islã personificaria assim a imagem do temível “Outro”, que precisa ser controlado e vencido antes que o mundo mergulhe em sua diabólica política do terror e da barbárie.

Para analisar como as deturpadas representações islâmicas ficaram em voga na mídia ocidental no período pós-atentado de 11 de setembro, tomamos como exemplo as polêmicas charges do profeta Maomé publicadas pelo jornal dinamarquês “Jyllands-Posten” em setembro de 2005. O jornal realizou um concurso para selecionar as melhores charges sobre a religião islâmica. No total foram publicadas doze caricaturas sobre o Islã, sendo que alguns delas representavam Maomé, associado diretamente a atos suicidas e terroristas. Esse trabalho analisará cinco dessas imagens.

Tais desenhos provocaram reações em todo o mundo, tanto por parte dos muçulmanos como também por parte dos defensores da liberdade de imprensa e de

expressão. Houve ameaças de morte aos autores dos desenhos, aos editores do jornal e também atentados e manifestação nas ruas contra a publicação das gravuras. No Irã, a situação acarretou o boicote diplomático e comercial à Dinamarca, além de exigir uma retratação pública sobre o caso. Na Nigéria, igrejas foram incendiadas e cristãos atacados, em um evento que resultou na morte de 15 pessoas. Esses exemplos só ilustram a repercussão negativa provocada por essas publicações, que deram margem para outro acirramento da tensão entre o Islã e a cultura ocidental, uma vez que na concepção religiosa do islamismo é ofensiva qualquer representação de Alá e do profeta Maomé. Isso porque Maomé é considerado o profeta de Alá e não um mero símbolo religioso. Contrários à idolatria, os muçulmanos temem que com a representação e exposição de imagens, o profeta possa ser idolatrado como um Deus, assim como os cristãos fazem com Jesus. E, para o islamismo, só existe um Deus: Alá.

Além de representar o profeta, as charges o associam ao extremismo, e criticam as crenças e condutas do islamismo, como se todos os muçulmanos fossem fundamentalistas e terroristas em potencial. Em umas das ilustrações publicadas (figura 01), o profeta é representado com um turbante-bomba, fazendo uma analogia direta aos homens-bomba, terroristas responsáveis por atentados. Além de transgredir o preceito islâmico de não representar o sagrado, a imagem sugere uma iminente autocombustão, como se as ações extremistas e terroristas muçulmanas fossem acabar provocando a própria destruição do Islã. Aparentemente, Kurt Westergard, autor desse desenho, desconsiderou o fato de que o islamismo é uma religião que sofreu influências diversas e inúmeras subdivisões no decorrer da história. Além disso, os grupos que provocaram atentados terroristas fazem parte de grupos extremistas religiosos, sobretudo na sua versão militante, que correspondem a uma pequena porcentagem dos muçulmanos.

Em outra charge (figura 02), Maomé é retratado com uma adaga na mão e acompanhado de duas mulheres vestidas de burca, vestimenta feminina que cobre todo o corpo e o rosto, deixando à mostra somente os olhos. Justamente a faixa que falta na burca, está nos olhos do profeta, remetendo-se a uma prática comum dos meios de comunicação quando querem mostrar um criminoso sem identificar seu autor. Além de associar Maomé a um criminoso, o desenho também alude à opressão e à submissão sofridas pelas mulheres muçulmanas, como se elas fossem reféns e vítimas de uma entidade religiosa com potenciais “criminosos”. A terceira imagem (figura 03) mostra um cartunista desenhando Maomé, e temeroso de seu ato, tenta esconder a gravura,

ciente de que a religião islâmica não permite a representação do profeta. E também com medo de ser flagrado por grupos muçulmanos e sofrer represálias por sua obra. Em uma quarta caricatura (figura 04), o profeta é ilustrado com uma auréola e com os braços na posição comum dos santos representados em outras religiões. O que chama a atenção na gravura é que falta o pedaço no meio da auréola, fazendo com que ela fique dividida em duas. A imagem fica então semelhante a dois chifres, sugerindo o islamismo como “lobo em pele de cordeiro”, ou seja, uma religião que teoricamente prega o amor, mas que na verdade esconde e defende objetivos diabólicos de guerra contra cristãos e judeus. Essa charge faz lembrar um dos discursos de George W. Bush após os atentados às Torres Gêmeas, no qual dizia que havia muitas pessoas más interessadas em destruir a democracia e levar adiante ataques terroristas. Um discurso emblemático de salvação e de luta do “bem” (Ocidente) contra o “mal” (Oriente), difundido e aceito pela maioria da população mundial, no qual os Estados Unidos são os óbvios representantes da liberdade e da justiça. Na quinta imagem (figura 05), identifica-se o profeta Maomé usando o tradicional turbante árabe e uma grande bata, com os braços abertos, proferido a frase: “Parem, parem. Estamos com falta de virgens!”. Já indo ao seu encontro, visualiza-se quatro homens com a expressão de cansaço e maltrapilhos, com traços desenhados sobre suas cabeças que lembram fumaça. Ao final dos quatros, aparecem alguns outros rabiscos que dão a idéia de continuidade da fila humana. Sob os pés e ao redor dos personagens, há nuvens desenhadas, lembrando o paraíso mulçumano, que segundo uma interpretação religiosa do Corão, Alá ofereceria virgens como “recompensa” aos mártires que morrem em defesa da fé islâmica. Através da ironia, o chargista mostra que há tantos terroristas dispostos a morrer pelo Islã, que o paraíso muçulmano não conseguiria arranjar tantas virgens para compensá-los. Nessa perspectiva, o discurso ocidental sobre o islamismo será sempre uma representação frívola do último. Assim, não interessa ao Ocidente entender o que move os mártires, ou procurar identificar se há outros motivos de ordem pessoal, religiosa ou social que os impelem à morte. O Ocidente simplesmente prorroga um discurso de xenofobia, ódio e cultura do medo generalizados para designar as relações tempestuosas com grupos extremistas isolados. No caso dessas charges, a intenção era justamente revelar a “verdade implícita” do islamismo e ridicularizar seus seguidores.

De fato, a charge se caracteriza por ser um gênero textual que pretende criticar um fato ou acontecimento atual e específico, geralmente, possuindo um caráter político.

Ela está intrinsecamente ligada a acontecimentos recentes, logo, também poderá refletir o debate público e promover a discussão social através da mídia, incluída também na teoria do já citado *agenda-setting*, que propõe a existência de uma relação causal entre a agenda midiática e aquilo que é veiculado nos meios de comunicação. No caso específico da charge jornalística, que é veiculada em um meio de comunicação de massa, percebe-se a existência de uma interação entre o conteúdo das matérias desses meios, notícias ou reportagens, com os desenhos. A charge teria assim uma função metalinguística, ao comentar, humoristicamente, aquilo que está dentro do veículo. Ou seja, a charge representa de forma cômica a visão e a linha editorial do jornal, com o intuito de transmitir mensagens e posicionamentos para leitor acerca de determinado tema.

Ao publicar as imagens, o jornal “Jyllands-Posten” tentou persuadir seu público, assegurando a existência da associação direta entre o islamismo e o terrorismo, equalizando uma religião com centenas de ramificações, diferenças culturais, morais e estruturais a uma imagem cristalizada vinculada à destruição e ao ódio mortal ao Ocidente.

Setores da opinião pública em países da Europa e nos Estados Unidos defenderam a publicação das charges polêmicas em nome da liberdade de expressão – sinônimo ocidental de democracia e liberdade de pensamento.

Dogma ocidental e um dos pilares da estrutura político-social do Ocidente, a liberdade de expressão e, conseqüentemente de imprensa, tornou-se um valor inquestionável e universal assumido por empresas jornalísticas ocidentais, especialmente europeias e norte-americanas, que incorporaram o preceito como sua bandeira e passaram a utilizá-lo para validar suas ações. O que as charges de Maomé evidenciaram foi a visão distorcida e pejorativa que a mídia e a opinião pública ocidental possuem do Islã.

Sendo assim, a reação muçulmana contra a publicação das charges foi de encontro ao ideal de liberdade de expressão, tomado como princípio sagrado pelos setores da opinião pública ocidental, especialmente na Europa e nos Estados Unidos. Para esses setores, um preceito que tem o valor de um dogma foi desrespeitado pelos manifestantes, enquanto que para os muçulmanos, o desrespeito foi praticado pela imprensa que publicou as charges.

Entretanto, há certos limites entre a liberdade de expressão e a possibilidade de representar tabus e valores culturais do Ocidente. As charges do profeta afrontaram tabus da religião islâmica - a proibição de não representar a imagem do profeta – e para isso, foram defendidos os argumentos relativos à liberdade de expressão e imprensa. É interessante notar, portanto, que nenhum grande veículo ocidental pensou em publicar uma charge ironizando a histeria e a paranoia da sociedade norte-americana que se seguiram aos atentados de 11 de setembro.

Mesmo com o preceito da liberdade de imprensa, certos temas no Ocidente são assuntos intratáveis. Uma das respostas às charges do profeta foi o concurso convocado pelo jornal iraniano “Hamshahri”, em fevereiro de 2006, com caricaturas tematizando o Holocausto. Tal fato foi encarado como uma vingança mesquinha dos iranianos, que ficaram ofendidos por uma “mera” sátira editorial. Isso nos mostra que há muitos temas intocáveis pela imprensa ocidental, até mesmo com sua proclamada liberdade de expressão.

Além de causar diversos conflitos e fortalecer percepções equivocadas, as charges dinamarquesas demonstraram uma iniciativa de destruir simbolicamente o outro através da violência imagética e desqualificar a base cultural da religião, intimamente ligada à cultura e às normas de conduta de seus praticantes. A destruição simbólica por meio da ironia das charges, pretendida pelo jornal, foi disfarçada pelo princípio político da liberdade de expressão. As representações acentuam o já comentado dualismo Ocidente versus Oriente, defendido, de maneira geral, pela mídia ocidental. Na cultura da visibilidade, os conflitos e tensões passam para o plano das imagens, e são instituídas novas formas de agressão simbólica, através de insultos imagéticos aos ícones religiosos e políticos. Ao associar o islamismo e os países islâmicos ao poder repressor e ao terrorismo, a mídia apresenta o Islã como o vilão, que deve ser temido e evitado. Transmitir imagens da destruição dos símbolos do Islã, ironizar e ridicularizar a figura do mulçumano e de seu profeta dificulta a compreensão das complexidades culturais que envolvem a religião, sugerem a impossibilidade de diálogo, geram discriminação, fortalecem preconceitos e intensificam conflitos.

4.2. A proibição do uso do véu islâmico nas escolas públicas francesas

Em 15 de março de 2004 o governo da França decretou a proibição nas escolas, universidades e liceus públicos, de símbolos e vestimentas que manifestem ostensivamente a confissão religiosa dos alunos em defesa da laicização dos espaços públicos. Tal restrição, imposta sob a forma da Lei nº2004-228, ficou mais conhecida como a “Lei do véu islâmico” e passou a vigorar em 1º de setembro de 2004: “Em escolas, faculdades e escolas secundárias públicas, o porte de sinais e símbolos pelos quais os alunos mostrem uma conspicuidade de aderência religiosa, está proibido em quaisquer propriedades.” O então presidente francês Jacques Chirac fez um discurso em prol da “Lei do véu islâmico” defendendo a igualdade dos sexos e a dignidade das mulheres, sugerindo que o *hijab* não é apenas um símbolo religioso, mas representa uma forma de opressão e inferiorização da figura feminina pela religião islâmica.

Obviamente, o objetivo principal dessa norma não é banir o *kipah* judaico ou a cruz católica, o alvo dessa Lei busca impedir o uso véu islâmico - símbolo de uma França cada vez mais muçulmana. Estima-se que o país tenha pouco mais de 6 milhões de seguidores do islamismo – em sua maioria imigrantes do norte da África - e a discussão da polêmica lei se intensificou ainda mais quando estudantes muçulmanas foram expulsas de escolas por terem se recusado a retirar o véu. Grupos muçulmanos do país consideraram a medida uma afronta a cultura islâmica, e líderes religiosos do mundo muçulmano condenaram a proibição e demonstraram sua indignação junto ao governo francês.

Essa normatização vende a ideia de que o Estado francês quer assegurar não somente a laicidade, mas também tenta se posicionar como moralmente neutro, não defendendo nenhuma religião específica. Mas na prática, essa lei afeta significativamente seus cidadãos, uma vez que as pessoas não podem utilizar símbolos que demonstrem sua crença religiosa no âmbito público, devendo as manifestações religiosas se restringir à esfera privada. Apesar de configurar-se como uma importante sociedade de imigrantes na Europa e ser signatária da Declaração Internacional dos Direitos Humanos que defende a liberdade de crença, a França, ao cercear a diversidade étnica e religiosa, demonstra uma clara manifestação de intolerância e preconceito.

Para analisar essa polêmica questão, é necessário refletir sobre o significado da palavra laicidade, que por ser um termo polissêmico, exige cuidado em sua utilização.

Ele pode representar, por exemplo, tanto a distinção entre o fiel e o não-fiel no contexto da esfera religiosa, empregada historicamente pela Igreja Católica com relação à figura de Deus, e também pode significar uma doutrina que prega uma relação de independência entre o homem ou a sociedade, e principalmente a figura do Estado, de qualquer influência religiosa ou eclesiástica - vertente esta que será analisada neste tópico.

Na complexidade da sociedade moderna e globalizada, o campo político deve proporcionar um convívio pacífico entre a diversidade de concepções de vida humana que representam os valores fundamentais de cada indivíduo. O instrumento no âmbito dessa sociedade pluralista que possibilita tal harmonia consiste justamente no Estado laico, ou seja, uma forma de Estado que pretende reconhecer uma pluralidade de concepções de vida. A problemática encontra-se na forma como o Estado laico vem a ocupar a vida pública, pois é um equívoco pensar que o termo laico significa neutro, e também se essa é a melhor forma de preservar uma sociedade multicultural. No caso da França foi instituído um modelo de governo que preza pela laicidade e “neutralidade”, cujas origens remontam à época da Revolução Francesa, em 1789, que defendia a separação total entre Estado e Igreja e a liberdade religiosa. Porém somente no início do século XX, o país oficializou por meio de legislação o princípio da pregada laicidade. No âmbito internacional, o Estado francês é signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que assevera os princípios de liberdade explicitados nos artigos 2º, 18º e 19º da Declaração: Art. 2º - “Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião pública ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição”. Art. 18º - “Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião, este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião pelo ensino, pela prática, pelo culto, pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular”. Art. 19º - Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”.

Após essa breve exposição sobre o princípio da laicidade no ornamento jurídico francês, pode-se concluir que o país deveria garantir a igualdade total dos cidadãos e

assegurar a plena liberdade de expressão e de consciência. Mas na prática, tem ocorrido justamente o oposto. O atual presidente da França, Nicolas Sarkozy aprovou, em 19 de maio de 2010, um projeto de lei (proposto pela Ministra da Justiça Michele Alliot-Marie) que proíbe o uso de qualquer véu ou vestimenta islâmico nos espaços públicos – *hijab*, *niqab*, *khimar*, *chador* e especialmente a burca – sob pena de multa de 150 euros para os que infringirem a determinação, ainda que sejam turistas. Em discurso, o presidente Sarkozy fez a seguinte afirmação em defesa do projeto de lei:

[...]As vestes islâmicas, principalmente a burca, abalam a ideia de dignidade humana, e particularmente, da dignidade da mulher. Nós somos uma nação antiga e unida, e esses símbolos atingem esses valores fundamentais para nós e essenciais ao conjunto republicano. Aqui não há espaço para a submissão da mulher, sob nenhum pretexto, em nenhuma condição e em nenhuma circunstância.¹

Apesar de grupos de direitos humanos como a *Humans Right Watch* ter demonstrado sua opinião contrária à lei, afirmando em comunicado que “proibições deste tipo criam uma situação em que todo mundo perde”, o movimento da restrição também conquistou espaço na Bélgica. No dia 29 de abril, os deputados belgas proibiram por unanimidade o uso do véu integral islâmico nas ruas. Apesar de não especificar nem a burca nem o *niqab*, a lei prevê que mulheres que andarem no espaço público com o rosto coberto totalmente ou parcialmente serão punidas com multas ou detenção de um a sete dias. O texto em questão ainda aguarda pela aprovação do Senado da Bélgica. Esse intenso movimento de coibir manifestações religiosas levanta a suspeita de que a bandeira dos direitos humanos reflete uma visão liberal e ocidental, não levando em conta as particularidades e tradições destas sociedades. Para muitas mulheres muçulmanas, o véu significa vestir-se de acordo com as crenças religiosas, mesmo para aquelas que vivem na França ou em qualquer país ocidental. De acordo com o Alcorão, o véu serve para preservar a figura feminina, ressaltando que não só as mulheres, mas também os homens devem se vestir de forma modesta.

Na verdade, essas leis restritivas são exemplos claros de que o nacionalismo francês está se sentindo ameaçado pela noção de pluralidade e multiculturalismo. A questão do véu é só uma prova dada pelo governo francês de que são os imigrantes que devem se adaptar aos padrões do país e não ao contrário.

¹ Citação de Sarkozy no site R7, em 22/12/2009. Disponível em <http://noticias.r7.com/internacional/noticias/partido-de-sarkozy-vai-apresentar-projeto-contr-a-burca-em-lugares-publicos-20091222.html>

Para aprovar a “Lei do véu islâmico” o governo da França utilizou como justificativa casos extremos de mulheres que eram agredidas e obrigadas por suas famílias a seguir os preceitos da religião, ignorando a maioria dos casos de mulheres muçulmanas que usam o *hijab* voluntariamente. Ou seja, o Estado garantiu a liberdade em casos extremos de submissão e humilhação, mas não se preocupou em preservar o direito de livre manifestação religiosa no caso daquelas que simplesmente desejam usar o véu. Assim, para coibir uma espécie de violência, acabou produzindo outra.

Uma análise superficial da questão permite entender que o Estado francês, quando sugeriu a exclusão do uso de símbolos religiosos pelos alunos das escolas públicas, cometeu um equívoco ao confundir a laicidade do Estado e de seus representantes legais (servidores públicos) com uma pressuposta laicidade do cidadão.

No debate acerca do uso do véu islâmico pelas meninas muçulmanas nas escolas públicas francesas, o Estado defende a abolição da indumentária por considerá-la uma forma estigmatizadora de marginalização da figura da mulher na sociedade, ferindo o Princípio de Igualdade entre os homens e mulheres, um dos pilares da constituição francesa.

O resultado dessa proibição conduz à marginalização de qualquer manifestação cultural que não se enquadre na chamada cultura francesa laica, impedindo, assim, uma possível interação entre culturas divergentes. Portanto, o dogma de neutralidade do Estado, que deveria permitir e zelar pela tolerância entre as diferentes culturas, só contribui ainda mais para disseminar a ignorância, o preconceito e a intolerância entre as pessoas. A “Lei do Véu Islâmico” impõe uma homogeneização do espaço público, não respeitando a peculiaridade da cultura muçulmana e impondo sua retirada em nome de um valor universal, que na prática, reflete o formalismo do liberalismo de direitos que não tolera a diferença e não preserva a diversidade cultural.

Surge então um paradoxo: Como o governo francês pode argumentar que está preservando a dignidade humana e a igualdade entre os sexos se, em contrapartida, gera uma política de intolerância contra uma cultura, levando-a a uma possível marginalização social? A imposição de tal lei não seria uma forma de sobrepor uma cultura em detrimento da outra? De fato, a “Lei do Véu Islâmico” funciona como uma defesa de uma cultura dominante sobre uma cultura minoritária, fundamentada em valores culturais distintos, o que explicaria os conflitos ocasionados pela lei estatal.

Assim, as jovens muçulmanas tiveram, por lei, sua liberdade de consciência e religiosa restringidas à esfera privada em nome da liberdade de Estado. Apesar de apelar para o Princípio de Igualdade entre os gêneros, o Estado francês deu uma clara demonstração de que representa os valores da cultura ocidental judaico-cristã, e que não pretende lutar pelos anseios de uma sociedade multicultural francesa, que engloba muçulmanos, africanos, chineses, entre outras culturas orientais presentes e marginalizadas em seu corpo social. Nesse ensejo, as diferenças religiosas e culturais são coibidas nos espaços públicos, o que enfatiza a incapacidade do governo francês de reconhecer as particularidades de cada indivíduo. Essa forma de intolerância com o diferente – embasada pelos princípios de neutralidade e universalismo inerentes à laicidade estatal – considera as pessoas como seres isolados de qualquer contexto cultural, promovendo uma espécie de homogeneização formal dos cidadãos na esfera pública.

Tal postura do governo francês também entra em contradição com o próprio valor da democracia moderna - que consiste em uma forma de governo que abrange valores, ideais, opiniões, crenças e convicções diferentes - de modo que a imposição de uma norma marginalizadora é um ato autoritário e fere a pluralidade, que é uma das bases da democracia. Portanto, uma instituição democrática deveria representar um valor civil e não um valor moral e religioso, além de proporcionar um convívio harmônico entre as diferentes culturas e zelar pelos princípios da tolerância.

As discussões suscitadas pela proibição do uso do *hijab* nas escolas públicas francesas correspondem a uma questão que coloca em xeque a noção da identidade francesa e da constituição de seu Estado-nação, já que uma nova geração de franceses islâmicos (filhos de imigrantes) possui demandas sociais e posicionamento político estruturado e o governo simplesmente não sabe como lidar com essa diversidade. Leis como essas mascaram o propósito político e xenófobo do governo da França que prejudica o Islã, considerando-o uma ameaça aos valores republicanos franceses. Assim, o Estado continua a agir como se os muçulmanos fossem moradores temporários no país, e que ser muçulmano e ser fiel aos preceitos islâmicos é estar em uma posição irreconciliável e inadmissível à sociedade inclusiva francesa. Por isso, para se tornarem “legitimamente” franceses, os muçulmanos devem abrir mão de sua própria identidade e cultura a fim de manter a “ordem” e os valores ocidentais.

5. CONCLUSÃO

Como foi analisado no decorrer deste trabalho, o Ocidente vem desde a Antiguidade tratando o Oriente Médio e o Islã como uma entidade uniforme e imutável. O surgimento do Islã no século VII da era cristã e o posterior êxito dos exércitos islâmicos, que chegaram à Europa Ocidental, produziu nos europeus um sentimento de desconfiança e medo em relação aos muçulmanos. Com o fim da Idade Média e as transformações pelas quais a Europa passou – o Humanismo e o Renascimento, a Reforma Protestante, a Revolução Científica, o Iluminismo, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial – o Ocidente se fortaleceu e deu início a um processo de expansão que subjugou praticamente todo o Oriente à soberania europeia. Nesse ensejo, percebe-se a construção discursiva que o acadêmico Edward W. Said alcunhou de “orientalismo”. Tal termo é utilizado para designar o conjunto de teorias, pesquisas e estudos feitos pelos europeus para legitimar a superioridade ocidental e sua presença no Oriente, além de servir como uma ferramenta legitimadora da exploração colonial através de um trabalho de pesquisa pautado, antes de tudo, na hipótese da inferioridade cultural e racial das civilizações não-europeias. O orientalismo mostrou-se (e ainda mostra-se) bastante eficaz em criar um desinteresse absoluto em conhecer mais profundamente as civilizações orientais, bem como de trabalhar o medo e a desconfiança em relação aos dominados – especialmente em relação ao mundo árabe e muçulmano.

Inserida nesse discurso orientalista, a mídia lança mão de representações generalistas, xenófobas e simplistas do Oriente Médio e do Islã como forma de defender os interesses políticos e econômicos do Ocidente, antagonizando Ocidente X Oriente. Para isso, busca auxílio teórico em “especialistas” orientalistas que além de ditar as necessidades da política externa ocidental, são chamados à mídia para explicar as crises que surgem no Oriente islâmico.

Essa oposição entre o Ocidente e o Oriente ficou bem clara na cobertura dos desdobramentos dos atentados de 11 de setembro de 2001 e da polêmica das charges de Maomé. Infelizmente, esse tipo de abordagem parcial, etnocêntrica e imperialista só contribui gerar conflitos e para suscitar o ódio à diferença.

Uma mudança nesse quadro é absolutamente necessária e possível de ser realizada. Ela passa primeiro por uma reforma nos modos de apreensão do Islã pelo

Ocidente. O discurso de dominação orientalista deve ser substituído por uma análise atenta dos processos internos do mundo islâmico pela tentativa de compreensão de suas diferenças culturais e sociais. Isso quer dizer um novo tipo de aproximação, onde nós não falamos por eles, mas eles falam por si mesmo.

O desenvolvimento da internet e das novas tecnologias de comunicação possibilitam a ruptura dessa unidirecionalidade da informação. O ciberespaço oferece um universo de pluralidade, de diversidade de informações e pontos de vistas que fogem ao controle hegemônico dos conglomerados de comunicação e do domínio das políticas imperialistas. Na *web*, organismos sociais podem ampliar a circulação de conteúdos críticos, discutir alternativas políticas, difundir reivindicações éticas e se mobilizar em torno dos direitos que consideram fundamentais. Através da internet os movimentos sociais têm oportunidade de registrar suas demandas e experiências, contar suas histórias, defender suas ideias, além de denunciar mazelas e irregularidades. Por sua facilidade de operacionalização e poder de distribuição, a internet também fornece uma base material importante que permite que os movimentos sociais se engajem na transformação da sociedade, através de mídias alternativas capazes de abordar temas ignorados e inexplorados pela mídia tradicional. Essas mídias alternativas, como blogs, redes sociais, sites comunitários, sites colaborativos, de agências não governamentais etc têm espaço e autonomia para dar voz aos “marginalizados” pela grande mídia. Mais do que uma seleção de pauta de temas específicos desprezados pelos meios de comunicação, uma das características principais dessas mídias alternativas é a capacidade de alterar o *framing* (enquadramento) da notícia, possibilitando múltiplas concepções ideológicas e interpretações distintas daquelas postuladas pelos principais veículos midiáticos.

Obviamente, a atuação de movimentos sociais para romper com a representação engessada e maniqueísta difundida pela grande mídia ainda está longe de abalar o poder político e a hegemonia discursiva dos meios de comunicação. Porém, a ação desses movimentos contra-hegemônicos são capazes de promover mudanças, ainda que minúsculas. Pois apesar de as grandes corporações de comunicação serem responsáveis por um grande fluxo de informações propagado na internet, as pessoas também podem ter acesso a um universo de conteúdos distintos, advindo de fontes diferentes, extra-oficiais, autônomas e com uma visão lúcida da realidade. No caso da guerra que os Estados Unidos empreenderam contra os talibãs do Afeganistão em 2002, por exemplo,

as emissoras de TV independentes e muçulmanas *Al-Jazeera* e *Al-Arabya* fizeram uma cobertura diferente daquela realizada pelos veículos midiáticos ocidentais. Essa cobertura correu o mundo através da internet, e mostrou uma realidade desconhecida pela sociedade ocidental, colocando em xeque várias atitudes autoritárias tomadas pelo governo norte-americano. Os próprios muçulmanos também puderam avaliar a repercussão que o conflito provocou nos Estados Unidos. A confirmação disso pode ser percebida nas palavras do jornalista egípcio Hani Sukrallah, editor da revista semanal *Al-Ahram*, respondendo a uma pergunta sobre o impacto da *Al-Jazeera* na sociedade árabe:

Teve um impacto assombroso, absolutamente assombroso [...]. Os canais de notícia, especialmente a *Al-Jazeera* são agora assistidos nos lares, nos escritórios, nos cafés... As pessoas estão mais engajadas e mais informadas. Os árabes descobriram que milhões de pessoas, até mesmo dentro dos EUA, saíram à rua para protestar contra a guerra, enquanto eles nada fizeram porque não podiam. Esse foi um alerta e também representou um desafio.²

Para romper com esse círculo vicioso de estereótipos, representações equivocadas e simplistas, com a aversão ao “outro” e com o antagonismo “Nós” X “Eles”, é preciso que o Ocidente se dê a oportunidade de enxergar o Oriente Médio e o Islã de uma outra maneira: sem reducionismo, descrições cristalizadas, coerção ou oposição. Não só os jornalistas e formadores de opinião, como qualquer pessoa pode (e deve) conhecer melhor a sociedade onde vive, seja ela islâmica, americana, brasileira ou africana. É fundamental conhecer a história, a economia, a política, os costumes, os processos sociais e a língua da sociedade onde se trabalha e habita. Os jornalistas, em especial, também têm de estar conscientes de que a objetividade é mais uma intenção do que um objetivo realizável, já que não é possível deixar de lado toda nossa bagagem teórica e cultural para escrever uma reportagem. Os profissionais da notícia precisam ter a consciência de que sua cobertura do mundo árabo-islâmico é somente uma das formas de interpretação – portanto nada de rótulos, reduções e generalizações. Não existe um Islã e um Oriente Médio monolítico e imutável, e sim uma série de interpretações. Os próprios muçulmanos também precisam aceitar que muitas sociedades islâmicas carecem de reformas que podem solucionar suas mazelas.

² Disponível em http://www.novae.inf.br/pensadores/novas_resistencia.htm. Acesso em 23 de março de 2006.

Para que tudo isso aconteça duas coisas são imprescindíveis: a tolerância à diferença, tanto pelo Ocidente quanto pelo Islã, e o posicionamento dos interesses coletivos à frente dos interesses particulares.

Somente um olhar desprovido de preconceito e do peso de interesses escusos pode mostrar que o Ocidente e o Islã estão muito mais próximos do que se imagina.

6. BIBLIOGRAFIA

BALDESSAR, Maria José. McLuhan e McBride: Duas utopias superadas pela tecnologia e pela internet. *Revista Ciberlegenda – UFF – Ano 10, N° 20, Jun 2008.*

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13ª ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Editora Fundação da Unesp, 1998.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Trad. Myriam Àvila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CALHOUN, Craig. *Social Theory and the Politics of Identity*. Oxford: Blackwell, 1994.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade Vol I*. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paes e Terra, 1999.

EL HAJJI, Mohammed. *Da semiose hegemônica ocidental: globalização e convergência*. Rio de Janeiro: Ed. ECO-Rizhoma, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 7ª ed. São Paulo: Loyola, 2001.

FREIRE, João. *Mídia, Estereótipo e Representação das Minorias*, 2004.

GIBB, H.A. *Les tendances modernes de l'Islã*. Paris, Maisonneuve, 1949.

GÓES, Laércio Torres. *Contra hegemonia e internet: Gramsci e a mídia alternativa dos movimentos sociais na Web*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos

Interdisciplinares da Comunicação - IX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Nordeste – Salvador (BA), 2007.

HALL, Stuart (org.). *Representation: cultural representations and signifying practices*. London: Sage, 1997.

_____ et al.. *Policing the crisis: mugging, the State, and law and order*. London: Macmillan, 1978.

_____ *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Guacira Lopes Louro. São Paulo: Ed. DP&A, 2007.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

KELLNER, Douglas. *Media Culture and the Triumph of the Spectacle*, 2002. Disponível em <http://www.gseis.ucla.edu/faculty/kellner/>. Acessado em 03 de abril de 2010.

LEWIS, Bernard. *The Roots of Muslim Rage*. In *The Atlantic Monthly*. Set 1990; 266, 3; Research Library p. 47.

_____ *What Went Wrong? Western Impact and Middle Eastern Response*. Oxford University Press, 2002.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2006.

HUNTINGTON, Samuel. *Clash of Civilizations?*, 1993. Disponível em <http://history.club.fatih.edu.tr/103%20Huntington%20Clash%20of%20Civilizations%20full%20text.htm>. Acessado em 19 de dezembro de 2009.

MONTENEGRO, Silvia M. *O Olhar da Mídia sobre o Islã no Brasil*. Mana – Estudos de Antropologia Social. Rio de Janeiro, 2002.

QUEIROZ, Ana Virginia. *A ocidentalização da informação*, 2005. Disponível em <http://reposcom.portcom.intercom.org.br>. Acessado em 29 de abril de 2010.

SAID, Edward. *Orientalismo: O Oriente como Invenção do Ocidente*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2008.

_____. *Covering Islam: How Media and Experts Determine How We See the Rest of the World*. New York: Random House Inc., 1981.

_____. *O choque de ignorâncias* in Folha de São Paulo. Ed.26.495, Editoria Mundo –17 out 2001.

_____. *Impossible Histories: Why the many Islams Cannot be Simplified*. in Harper's; Julho 2002.

_____. *Cultura e Imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

7. ANEXOS

Charges de Maomé publicadas pelo jornal dinamarquês “Jyllands-Posten” em setembro de 2005.

Figura 01

Autor: Kurt Westergård



Figura 02

Autor: Rasmus Sand H øyer



Figura 03

Autor: Arne Sørensen

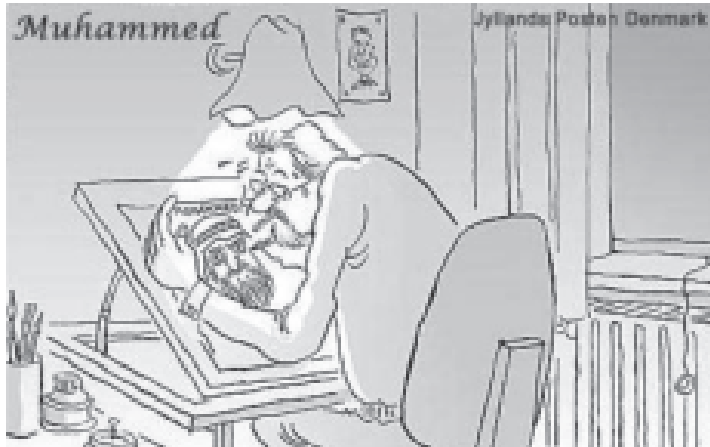


Figura 04

Autor: Poul Erik Poulsen



Figura 05
Autor: Jens Juul Hansen

